

MARIA LEONOR VEIGA FARIA

**O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF: UM ESTUDO  
DE CASO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Sistema de Gestão pela Qualidade Total

Orientador: José Manoel de Mello, Ph.D.

Niterói  
2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA LEONOR VEIGA FARIA

**O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF: UM ESTUDO  
DE CASO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sistemas de Gestão da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Sistema de Gestão pela Qualidade Total

Aprovado em

BANCA DE APROVAÇÃO

---

José Manoel de Mello, Ph.D. - Orientador

Dedico este trabalho

Aos meus pais, pelo exemplo cotidiano de que se deve sempre enfrentar as adversidades de frente.

Ao meu marido e meus filhos, Bruno e Roberta, cujo carinho, compreensão e apoio foram essenciais para o desenvolvimento deste estudo.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, entretanto, não poderia deixar de fazer nominalmente alguns agradecimentos especiais:

Primeiramente a Deus, por ter me dado coragem para seguir em frente, mesmo diante de tantas situações adversas;

Ao Prof. José Manoel, pela atenção concedida, pela orientação e pela oportunidade de desenvolvimento desta dissertação;

Ao Prof. Sidney Mello pela confiança em mim depositada, pelo estímulo e pela compreensão das minhas necessidades durante a realização deste trabalho;

Aos Coordenadores da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Sérgio Xavier, Profª Mirian Crapez, Prof. Heraldo Matos, Profª Andréa Latgé e Vera Cajazeiras pelas importantes contribuições acadêmicas e a todos os amigos da PROPP que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho.

Ao Thiago pelas valiosas sugestões e contribuições na reta final desta Dissertação;

Ao Jailton, um dos grandes responsáveis pela realização deste Mestrado. Amigo de todas as horas;

À FEC, especialmente ao Mauro, Newton e Henrique pela presteza nas informações.

Aos professores do Latec, pela partilha do conhecimento e a todos os funcionários que, de uma forma ou de outra, tornaram possível a realização desta pesquisa.

Ao meu amigo Clinio, pela força que sua amizade representou nos instantes de desânimo.

Aos membros da banca examinadora, pelas recomendações.

## RESUMO

A atual política de financiamento governamental para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES pode ser verificada nos valores globais alocados pelo Governo para despesas de Outros Custeios e Capital – OCC, que tem sido insuficientes para a manutenção e o investimento necessários ao desenvolvimento e expansão das universidades federais no país obrigando, de uma certa forma, as universidades a buscarem recursos extra-orçamentários como forma de complementação dos recursos aportados pelo MEC. O presente trabalho teve como objetivo principal examinar e explicitar as ações estratégicas que estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense com vistas ao desenvolvimento e expansão de suas atividades de pesquisa e pós-graduação, frente às novas políticas de financiamento desenvolvidas para o setor. Observou-se, assim, as novas formas de organização que estão se processando no seu interior com o objetivo de complementar as verbas aportadas pelo MEC, através de aumento da captação de recursos externos e da arrecadação interna. Analisou-se como vem se equacionando a questão do crescimento dos cursos auto-financeáveis dentro de uma instituição pública e que benefícios eles trazem para a instituição e, por fim, analisou-se o papel da gestão universitária no alavancamento da pesquisa, da pós-graduação na UFF. Como resultado, observou-se a aceitação, por parte da comunidade acadêmico-científica da UFF e demais gestores da universidade, das novas ações implementadas na PROPP, especialmente dos Editais de fomento interno, a partir de sua incorporação ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFF.

Palavras-chave: Financiamento da pesquisa e pós-graduação. Recursos próprios. Editais de fomento.

## **ABSTRACT**

The current policy of governmental financing for the Universities can be verified in the global prices placed by the Government for expenses of Other Costs and Capital – OCC, which have not been enough for the necessary maintenance and investment to the development and expansion of the Brazilian Universities, making them search for resources out of their budget in a way to complement the ones that come from MEC. The present study has as its main purpose to examine and explicit the strategies that are being developed at Universidade Federal Fluminense in order to develop and expand its post-graduation and research activities facing the new financing policy developed for the sector. New ways of organization, which are being processed at UFF with the purpose of complementing the budget came from MEC through the increase in getting external resources and internal budget, were observed. It has analyzed the matter of the auto-financing courses in a public institution and what benefits they bring to that institution and it has also analyzed the role of the university management in the increase of the post-graduation research at UFF. Through the results, it has observed the acceptance from the scientific-academic community at UFF and other managers, the new implemented activities at PROPP, specially bid for research grant, through its incorporation to the Institutional Development Plan of UFF.

**Keywords:** Research and post-graduate financing. Own resources. Bid for research grant.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Organização Institucional da C&T no Brasil	33
Gráfico 1 –	Avaliação Trienal 2001 e 2004: % de programas por conceito	35
Quadro 1 -	Instituições, grupos, pesquisadores e pesquisadores doutores, 1993 / 2004	36
Gráfico 2 -	Artigos brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais indexados no Institute for Scientific Information (ISI) e percentual em relação ao mundo, 1981-2002	37
Gráfico 3 –	Número de Programas de Pós-Graduação por região 2002	38
Gráfico 4 –	Distribuição de Doutores por regiões - 2002	38
Gráfico 5 –	Número de bolsas de Mestrado - 2002	39
Gráfico 6 –	Número de bolsas de Doutorado - 2002	39
Gráfico 7 –	Distribuição de Programas de pós-graduação na região Sudeste	40
Quadro 2 –	Investimento realizado em 2004 - Em R\$ 1.000,00	48
Quadro 3 -	Execução orçamentária dos fundos setoriais (R\$ mil, valores empenhados liquidados atualizados para 2003, pelo IGP-DI)	53
Gráfico 8 –	Nº de cursos de Mestrado e conceitos CAPES: 2001 - 2004	59
Gráfico 9 –	Nº de cursos de Mestrado e conceitos CAPES: 2001 – 2004	59
Quadro 4 –	Cursos e data de criação	60
Gráfico 10 -	Recursos recebidos através do Fundo de Infra-estrutura, em termos percentuais (2001-2004)	76
Gráfico 11 –	Recursos provenientes de contratos com instituições públicas e privadas (2000 – 2004)	77
Gráfico 12 -	Cursos de Pós-graduação Lato Sensu na UFF 2004	79
Gráfico 13 –	Evolução do nº de cursos autofinanciáveis na UFF 2000 a 2004	80
Gráfico 14 –	Evolução dos recursos arrecadados pelos cursos auto-financiáveis 2000 – 2004	81
Gráfico 15 -	Número de cursos auto-financiáveis x Recursos arrecadados por Centro	82
Gráfico 16 –	Evolução de crescimento da receita 2000 – 2004	83
Gráfico 17 –	Receita discriminada por Fontes (2000)	84
Gráfico 18 –	Receita discriminada por Fontes (2004)	84
Gráfico 19 –	Arrecadação de cursos auto-financiáveis (2000 – 2004)	86
Gráfico 20 -	Recursos recebidos pela PROPP: 2000-2004	89
Gráfico 21 –	Nº de solicitações atendidas pelo Fluxo Contínuo 2003/2004	92
Quadro 5–	Número de Apoios concedidos pelos Editais da PROPP: 2003/2004	93
Gráfico 22 –	Nº de Artigos publicados em Revistas <i>Qualis A</i> Internacional 2004	94



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução do número de Programas de Pós-Graduação – 1987/2003	35
Tabela 2 –	Número e percentual de instituições de ensino superior por categoria administrativa, 2003	41
Tabela 3 –	Gastos percentuais com Pessoal e Benefícios, Manutenção e Investimentos 1994 - 1998	45
Tabela 4 –	Despesas Executadas por algumas FAP's (1996 – 2003) - Em milhões de US\$	50
Tabela 5 –	Total dos investimentos realizados pelo CNPq em bolsas e no fomento à pesquisa segundo instituição – 2001 / 2004 - Em R\$ mil correntes	67
Tabela 6 –	Grupos de pesquisa por Instituição: 2002 – 2004	68
Tabela 7 –	Recursos recebidos da FAPERJ	70
Tabela 8 –	Evolução do orçamento executado na UFF (2000 – 2004)	71
Tabela 9 –	Relação entre os recursos do Tesouro para OCC e para a Pesquisa e pós-graduação (2000 – 2004)	72
Tabela 10 -	Receitas provenientes de convênios com Agências Financiadoras (2001/2002 e 2003/2004)	73
Tabela 11 –	Número de projetos da UFF contemplados com recursos dos Fundos Setoriais	74
Tabela 12 –	Recursos recebidos através do Fundo de Infra-estrutura (2001-2004)	76
Tabela 13 –	Recursos recebidos da FINEP e de Instituições Públicas e Privadas (2000 – 2004)	87

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
1.1	FORMULAÇÃO GERAL DO PROBLEMA	11
1.2	RELEVÂNCIA	13
1.3	OBJETIVOS	14
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>14</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>14</b>
1.4	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	15
1.5	METODOLOGIA	16
<b>1.5.1</b>	<b>Método da pesquisa</b>	<b>16</b>
<b>1.5.2</b>	<b>Tipologia da pesquisa</b>	<b>16</b>
<b>1.5.3</b>	<b>Procedimentos metodológicos</b>	<b>18</b>
1.6	ESTRUTURA DO TRABALHO	21
<b>2</b>	<b>A UNIVERSIDADE, O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL</b>	<b>22</b>
2.1	A UNIVERSIDADE NO BRASIL: ORIGEM E EVOLUÇÃO	22
2.2	A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	25
2.3	A PÓS-GRADUAÇÃO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL	29
2.4	O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NA ATUALIDADE: DESEMPENHO, QUALIDADE E CONCENTRAÇÃO	34
<b>3</b>	<b>O FINANCIAMENTO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NAS IFES</b>	<b>41</b>
3.1	A ESTRUTURA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	41
3.2	O PAPEL DO ESTADO NO FINANCIAMENTO DAS IFES	42
3.3	FONTES DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NAS IFES	44
<b>3.3.1</b>	<b>Recursos do Tesouro Nacional</b>	<b>45</b>
<b>3.3.2</b>	<b>Agências nacionais de fomento</b>	<b>46</b>
<b>3.3.3</b>	<b>Fundações de apoio à pesquisa</b>	<b>49</b>

<b>3.3.4</b>	<b>Fundos Setoriais de Pesquisa</b>	<b>50</b>
<b>3.2.5</b>	<b>Recursos próprios</b>	<b>54</b>
<b>4</b>	<b>O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF: UM ESTUDO DE CASO</b>	<b>56</b>
4.1	ALGUNS ASPECTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF	56
4.2	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E A PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF	59
4.3	A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA	63
4.4	O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF	66
<b>4.4.1</b>	<b>Fomento Individual</b>	<b>66</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Fomento Institucional</b>	<b>70</b>
4.4.2.1	Recursos do Tesouro	70
4.4.2.2	Recursos de convênios	72
4.4.2.3	Recursos de contratos	77
4.4.2.4	Receita própria	78
4.5	EVOLUÇÃO DA RECEITA E PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA GERAÇÃO E CAPTAÇÃO DE RECURSOS	83
<b>4.5.1</b>	<b>Evolução da receita</b>	<b>83</b>
<b>4.5.2</b>	<b>Principais responsáveis pela geração e captação de recursos</b>	<b>85</b>
4.6	MECANISMOS DE FOMENTO INTERNO	88
4.7	NOVAS TENDÊNCIAS INSTITUCIONAIS	96
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES PARA NOVOS TRABALHOS</b>	<b>98</b>
5.1	CONCLUSÕES	98
5.2	RECOMENDAÇÕES PARA NOVOS TRABALHOS	102
	<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	<b>103</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica e a complexidade das transformações sociais, ambientais, científicas e econômicas ocorridas nas últimas décadas, fizeram com que o conhecimento assumisse um papel estratégico na economia e na sociedade, levando à necessidade de recursos humanos cada vez mais qualificados, capazes de enfrentar novos desafios e buscar soluções para os problemas atuais. Cada vez mais a vantagem competitiva das nações está subordinada à qualidade dos conhecimentos adquiridos e à capacidade de produção e transferência desse conhecimento para os sistemas produtivos e para a geração de bens e serviços, deixando claro que a educação, a ciência e a tecnologia estão intimamente relacionadas e que a capacidade científica e tecnológica nacional depende do nível educacional adequado da população. (LONGO, 2003, p.11).

Nesse momento se configura a importância das instituições responsáveis pela produção e circulação do conhecimento, especialmente as instituições de ensino superior e de pesquisa, tanto em sua dimensão econômica, como sendo um item fundamental nas estratégias de desenvolvimento nacional ou regional, como em sua dimensão política e social, atuando na redução das desigualdades, facilitando a mobilidade social e o incremento de renda.

As universidades federais são as principais produtoras desse conhecimento e as responsáveis pelos melhores cursos de graduação em praticamente todas as áreas do conhecimento, como pode ser verificado nos resultados do Exame Nacional de Cursos, bem como pela quase totalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Elas são responsáveis por 82% da oferta dos cursos de mestrado e 90% dos cursos de doutorado; abrigando 75% dos docentes portadores do título de Doutor (INEP, 2003) e concentrando a maior parte da capacidade de pesquisa técnico-científica do país.

O papel estratégico que a pesquisa e a pós-graduação vêm desempenhando no contexto contemporâneo, formando recursos humanos altamente qualificados, contribuindo para aumentar a capacidade científica e tecnológica do país e, ao mesmo tempo, reduzindo sua dependência externa em termos de conhecimento e inovação, tem levado o governo brasileiro a tomar diversas iniciativas com vistas à sua expansão e consolidação.

Entre as ações implementadas mais significativas, estão a reforma universitária de 1968, o investimento substancial de recursos das Agências de Fomento na pesquisa e pós-graduação, a criação das Fundações de Apoio à Pesquisa - FAP's, o estímulo à titulação e produção científica dos professores nas universidades públicas, o processo de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado pela CAPES, e assim por diante.

Essas ações, em conjunto, contribuíram para o desenvolvimento do setor e a consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro, tornando-o uma referência entre os países em desenvolvimento e sendo considerado, por muitos, o melhor da América Latina. O aumento quantitativo e qualitativo da pesquisa e da pós-graduação pode ser observado em praticamente todos os indicadores abaixo analisados.

Segundo Martins (2002), o número de docentes na pós-graduação passou de 14.838 em 1987 para 25.941 em 2001, ou seja, um aumento de 74,8%, no período. O número de alunos matriculados também teve um aumento expressivo no número de mestrandos (cerca de 111%) e, principalmente, de doutorandos (cerca de 340%). A concessão de bolsas de estudo de doutorado, pela CAPES e pelo CNPq, teve um aumento de 142% entre 1991 e 2003, passando de 6.000 para 14.500, diferentemente das bolsas de mestrado que, apesar de terem tido um acréscimo de 6.000 bolsas em 2003, não conseguiram recuperar a perda sofrida de 5.388 bolsas do CNPq, no período de 1995 a 2000.

Outro indicador importante utilizado para verificar o grau de evolução do país é o crescimento da produção científica. No Brasil, o número de trabalhos publicados em periódicos de circulação internacional quintuplicou no período de 1981 a 2001, passando de 1.889 para 10.555. Todos esses indicadores demonstram, de forma expressiva, o quanto foi bem sucedida a implantação e consolidação do sistema de pós-graduação no país.

Apesar de bem-sucedido, o sistema de pós-graduação brasileiro ainda tem muitos desafios a enfrentar, entre os quais podemos destacar as grandes diferenças regionais e intra-regionais, a falta de uma política de incentivo consistente para o atendimento de determinadas áreas do conhecimento que são importantes para o desenvolvimento do país, mas que ainda não foram suficientemente supridas pelo sistema, a crescente demanda pela criação de novos cursos em áreas estratégicas, a constante falta de estabilidade nos programas de apoio à pesquisa, e a escassez de recursos orçamentários voltados para investimento e custeio.

## 1.1 FORMULAÇÃO GERAL DO PROBLEMA

A crise da universidade tem sido assunto recorrente em todas as esferas do meio acadêmico e científico nacional e internacional (CHAUÍ, 2001; TRINDADE, 2000; SANTOS, 2004; MULS, 2003). É praticamente consenso entre os autores, que a crise da universidade é decorrente da crise do capitalismo mundial, iniciada na década de setenta e da conseqüente implantação do pensamento neoliberal e da Reforma do Estado, cujos efeitos se fizeram sentir pela “estagnação e redução do orçamento estatal, por um discurso e uma prática de privatização, pelo incentivo à diversificação e à competição institucional que acabam por impor, ao sistema universitário público, a adoção das lógicas do livre mercado.” (GERMANO, 2001, p. 226).

Esse contexto de mudanças e de escassez de recursos governamentais voltados, principalmente, para a manutenção e o investimento das universidades públicas federais, tem induzido as administrações das IFES a buscarem novas ferramentas para a captação de recursos, tanto externamente, quanto internamente, de forma a complementar o aporte de recursos federais e viabilizar a manutenção e expansão de suas atividades. Essa situação, principalmente relacionada ao crescimento da captação de recursos próprios nas universidades, tem gerado inúmeros debates na comunidade acadêmica e científica nacionais.

De um lado, existem aqueles que acreditam que o fato da universidade pública ser induzida a ultrapassar a crise financeira mediante a geração de receitas próprias, consiste no primeiro nível de sua mercadorização (SANTOS, 2004). De outro lado, há os que defendem a captação de recursos como uma alternativa para a sobrevivência da universidade pública e gratuita, “num contexto de continuada redução relativa das verbas alocadas pelo Estado, e de busca pela intensificação de relações da instituição com os mais variados segmentos da sociedade” (VELLOSO & MARQUES, 2005)

A capacidade das universidades públicas em aumentar a geração e a captação de recursos, por sua vez, está intimamente relacionada ao aumento de sua eficiência e melhoria de desempenho, dentro do atual quadro competitivo onde a obtenção de recursos depende, em grande medida, dos resultados alcançados.

Os mecanismos de avaliação do ensino e da pesquisa têm sido utilizados, desde algum tempo, na distribuição de recursos orçamentários de Outros Custeios e Capital – OCC, pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC, para as Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, através de uma matriz de alocação de recursos que considera variáveis de ensino e pesquisa, tais como eficiência na diplomação de alunos, o volume e a avaliação qualitativa da pós-graduação, o número de professores dedicados ao programa, com produção científica relevante, entre outros.

A distribuição de recursos para as IFES baseada, em parte, em critérios de qualidade e desempenho parte do princípio, cada vez mais aceito, de que “a alocação de recursos deve estar combinada com (ou atrelada a) avaliações de qualidade, eficiência e eficácia. Os orçamentos automáticos, baseados em parâmetros históricos, começam a perder importância.” (SCHWARTZMAN, 2005).

Da mesma forma, nos últimos anos, a liberação de recursos pelas agências de fomento federais, fundos setoriais e fundações de apoio à pesquisa em nível estadual tem estado condicionada à qualidade das instituições e grupos de pesquisa e pós-graduação, através de julgamento realizado por representantes da própria comunidade acadêmica e científica, colocando a questão do financiamento à pesquisa, cada vez mais, associado à atividade científica e tendo como elo de ligação, os mecanismos de avaliação (SCHWARTZMAN, 2005).

Todos esses desafios vêm afetando a maioria das universidades federais e, entre elas, a Universidade Federal Fluminense – UFF. Assim como nas demais, a crescente necessidade de expansão, no campo da pesquisa e da pós-graduação, vem exigindo investimentos cada vez maiores em termos de infra-estrutura adequada e equipamentos com tecnologia de ponta que o atual modelo de financiamento, proveniente do Governo Federal não tem conseguido atender. Por outro lado, os recursos das Agências de Fomento e dos Fundos Setoriais destinados à manutenção e desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação na Universidade, vem privilegiando os Programas de Pós-Graduação melhor conceituados e os grupos de pesquisa já consolidados ou que estejam desempenhando atividades consideradas estratégicas, agravando a distância acadêmica já existente entre diversos setores da Universidade.

Diante desse cenário, a grande questão que se apresenta é a seguinte:

De que forma a administração superior da universidade vem se organizando para suprir a carência de recursos governamentais para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa e pós-graduação em expansão e, ao mesmo tempo, tentar minimizar as distâncias acadêmicas e



### 1.3 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho dividem-se em geral e específicos, conforme mostrado a seguir:

#### 1.3.1 Objetivo geral

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise preliminar das ações estratégicas que estão sendo desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense com vistas ao desenvolvimento e expansão de suas atividades de pesquisa e pós-graduação, frente às novas políticas de financiamento desenvolvidas para o setor.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, faz-se necessário atingir os seguintes objetivos:

- a) Apontar os principais mecanismos de fomento destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF;
- b) Analisar a evolução dos recursos captados, nos últimos cinco anos, tanto internamente, quanto externamente, destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF;
- c) Verificar como a universidade está suprindo a carência de recursos destinados à manutenção e expansão de suas atividades de pesquisa e pós-graduação;
- d) Apontar as ações estratégicas implementadas pela PROPP no período de 2003 e 2004, procurando identificar os principais beneficiários dessas ações;

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

A abrangência do estudo e a complexidade em obter as informações necessárias, impõem as seguintes delimitações:

- a. A IFES escolhida como objeto de estudo foi a Universidade Federal Fluminense, mais especificamente, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, em virtude da disponibilidade das informações;
- b. os dados analisados dizem respeito, especificamente, aos recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF;
- c. a universidade, está implementando um novo modelo de financiamento interno baseado em Editais de fomento destinados aos pesquisadores e cursos de pós-graduação da UFF;
- d. a instituição possui 41 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, 2 Mestrados Profissionalizantes e 111 cursos de pós-graduação *lato sensu* dos quais 40,5% são autofinanciáveis; recebe recursos das principais agências de fomento, dos fundos setoriais e de outras organizações públicas e privadas. Uma parcela desses recursos é gerida pela própria universidade, através de sua Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, como unidade gestora. A maior parte dos recursos, no entanto, é gerenciada pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF - FEC e uma parcela menor, por duas instituições sediadas na Universidade - a IFFE e a AEFÉ. Neste trabalho serão consideradas as duas maiores unidades gestoras do sistema, a PROPP e a FEC;
- e. a análise da evolução dos recursos no sistema de pesquisa e pós-graduação na UFF compreendeu o período de 2000 a 2004, considerando-se que o mesmo apresentou o maior crescimento em termos de arrecadação própria, possibilitando a implementação de várias ações estratégicas de fomento dentro do sistema;

- f. a realização do presente trabalho acontece em um momento de transição, durante o qual estão sendo implementadas as diversas ações de fomento e desenvolvimento do sistema de pesquisa e pós-graduação na UFF. Em um período de transição, tanto as estruturas formais quanto os conteúdos podem ser modificados durante o processo de reconfiguração do sistema limitando, assim, a avaliação dos resultados a uma análise preliminar dos mesmos.

## 1.5 METODOLOGIA

Este item descreve a metodologia de pesquisa empregada para a consecução dos objetivos propostos no presente trabalho.

### 1.5.1 Método da pesquisa

Os métodos podem ser classificados, segundo Gil (1999), em dois grandes grupos: os que proporcionam as bases lógicas da investigação científica e o que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados. Os primeiros são classificados como: dedutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico; e os segundos, como: experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico. A opção metodológica adotada neste estudo foi o método observacional que, segundo Gil (1999, pg. 34), “possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”. Diferentemente do método experimental, onde o cientista interfere no objeto de estudo a fim de verificar os resultados por ele provocados, o método observacional apenas observa algo que acontece ou já aconteceu.

### 1.5.2 Tipologia da pesquisa

Para Ander-Egg (apud LAKATOS e MARKONI, 2002, p. 16) a pesquisa é um “procedimento

reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento”. Este procedimento permite que o investigador, através da utilização do método científico, busque a verdade e encontre as respostas para as questões propostas.

Os critérios para a classificação dos tipos de pesquisa variam de acordo com o enfoque dado pelo autor. Segundo Vergara (2003), as pesquisas podem ser classificadas dois grandes grupos:

➤ Quanto aos fins:

- Exploratórias: Pesquisas realizadas em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado;
- Descritivas: Pesquisas que expõem características de determinada população ou fenômeno;
- Explicativas: Pesquisas que visam esclarecer quais fatores contribuem, de uma forma ou de outra, para a ocorrência de determinado fenômeno, tornando-o inteligível;
- Metodológicas: Estudos que se referem a instrumentos de captação ou manipulação da realidade;
- Aplicadas: Tem por finalidade diagnosticar problemas concretos, mais imediatos ou não. Tem finalidade prática;
- Investigação intervencionista: Esta pesquisa tem por objetivo interferir na realidade estudada para modificá-la.

➤ Quanto aos meios:

- Pesquisa de campo: investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu o fenômeno. Pode incluir entrevistas, questionários, testes e observação participativa;
- Laboratório: Pesquisa cuja experiência principal é realizada em local circunscrito;
- Documental: Pesquisa levada a efeito através de consulta aos documentos conservados em órgãos públicos e privados;

- Bibliográfica: Pesquisa sistematizada e desenvolvida tendo por base material publicado em livros, jornais, revistas, jornais e redes eletrônicas (Internet), pode ser estudada e desenvolvida a partir de fontes primárias ou secundárias;
- Experimental: Espécie de investigação no qual o pesquisador manipula e controla variáveis independentes e observa as variações e resultados que tal manipulação e controle produzem sobre as variáveis dependentes;
- Investigação *ex post facto*: refere-se a um fato já ocorrido. Aplica-se quando o pesquisador não pode controlar ou manipular variáveis;
- Participativa: Esta pesquisa não se esgota na figura do pesquisador. Tomam parte pessoas implicadas no problema sob investigação. A fronteira pesquisador/pesquisado é tênue;
- Pesquisa-ação: Pesquisa cujo desenrolar supõe intervenção participativa na realidade social. Quanto aos fins esta pesquisa é também intervencionista;
- Estudo de caso: Pesquisa cujo foco principal está circunscrito a uma ou poucas unidades a serem pesquisadas (pessoas, famílias, produto, empresa, órgão público, comunidade ou país).

Os vários tipos de pesquisa, acima relacionados, não são mutuamente excludentes, podendo combinar alguns desses tipos ao mesmo tempo. Neste trabalho foram combinados o tipo bibliográfico, documental e o estudo de caso.

### **1.5.3 Procedimentos metodológicos**

De acordo com a classificação apresentada por Vergara (2003), este estudo pode ser qualificado, quanto aos fins em pesquisa exploratória e descritiva. Exploratória porque, embora discuta-se muito sobre os mecanismos de financiamento à pesquisa e pós-graduação nas universidades de uma maneira geral e, na UFF, em particular, não se conhece a existência de um estudo qualitativo e quantitativo que aborde a atual política de financiamento voltada para a pesquisa e pós-graduação na universidade. Descritiva, porque visa descrever, através de observações, registros e análises, um quadro atual e o mais preciso possível, dos diversos

mecanismos de financiamento interno e externos existentes na UFF e dos principais agentes envolvidos na geração, captação e gerenciamento desses recursos.

Quanto aos meios, a pesquisa configura-se como um estudo de caso, cujas características são representadas “pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.” (Gil, 1999, pg.73). O estudo de caso tem sido amplamente utilizado nas pesquisas sociais, tendo em vista servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como:

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
  - b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
  - c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.
- (GIL, 1999, p. 73)

A pesquisa explorou uma situação real – o financiamento da pesquisa e da pós-graduação na UFF -, dentro de um contexto – a escassez de recursos públicos para as IFES e o aumento da arrecadação própria nas instituições federais de ensino superior. Assim sendo, pelo procedimento de estudo de caso pode-se investigar um objeto de pesquisa restrito dentro de seu contexto real. (YIN, 2001).

O presente trabalho ainda pode ser classificado quanto aos meios em:

- Pesquisa documental feita através de levantamentos e análise de documentos internos à UFF, tais como: Resoluções, Editais de Fomento da PROPP, Relatórios de Gestão da UFF, Relatórios de gestão da PROPP e da FEC, documentos oficiais, publicações técnicas, periódicos e outros. Foi, também, realizada uma análise minuciosa dos processos de solicitação de fluxo contínuo e demais Editais de Fomento com o intuito de verificar a natureza dos solicitantes e o objetivo da solicitação;
- Pesquisa bibliográfica feita através de consultas a livros, revistas especializadas, artigos científicos, periódicos e outros documentos.

Para o desenvolvimento do estudo de caso, foi necessário definir uma unidade de análise. Segundo Yin (2001) a escolha da unidade de análise está relacionada à maneira com que o problema da pesquisa foi definido. Assim, a unidade de análise para esta pesquisa é a Universidade Federal Fluminense, tendo em vista o acesso disponibilizado às informações necessárias à consecução da pesquisa, além dos seguintes fatores: a) possui um número significativo de cursos de pós-graduação e de grupos de pesquisa; b) recebe recursos das agências de fomento, de instituições públicas e privadas; e dos fundos setoriais; c) apresentou um crescimento significativo em termos de receita própria nos últimos cinco anos; d) está implementando um novo modelo de gestão baseada em Editais de Fomento interno destinados ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação na UFF.

O desenvolvimento do estudo de caso compreendeu as fases de coleta, análise e interpretação dos dados. Durante o processo de coleta, além da pesquisa documental e bibliográfica acima citadas, foram realizadas consultas aos Sites do MCT, do INEP e das principais agências de fomento: CAPES (Boletim Estatístico e Estatística da Pós-graduação), CNPq (Diretório dos grupos de Pesquisa), FINEP (Fundos setoriais) e FAPERJ (auxílios concedidos) com o intuito de conseguir dados que consubstanciassem a realização da pesquisa. Foram, ainda, consultados o Site da Fundação Euclides da Cunha de Apoio à Pesquisa na UFF – FEC e o

## 1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo está estruturado em cinco capítulos que contemplam o seguinte conteúdo:

- O Capítulo 1 apresenta fatores relevantes que influenciaram a realização da pesquisa, o problema a ser estudado, os objetivos, a delimitação e a metodologia utilizada no estudo;
- o capítulo 2 apresenta a revisão bibliográfica, no qual discorre sobre o papel desempenhado pela universidade, pela pós-graduação e pela pesquisa no desenvolvimento científico e tecnológico do país;
- o capítulo 3 trata das fontes de financiamento destinadas à pesquisa e pós-graduação nas instituições federais de ensino superior;
- o capítulo 4 apresenta a Universidade Federal Fluminense, a criação e institucionalização da pesquisa e da pós-graduação e seus mecanismos de financiamento, abordando, ainda os novos instrumentos de fomento interno implementados na Universidade;
- por último, no Capítulo 5, estão ressaltadas as principais conclusões e observações gerais permitidas por meio deste trabalho. Ao mesmo tempo são formuladas algumas sugestões para futuros estudos voltados ao aperfeiçoamento do trabalho até então realizado.



## **2 A UNIVERSIDADE, O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL**

O objetivo deste capítulo é discorrer sobre o papel desempenhado pela universidade, através da pós-graduação e da pesquisa na construção do desenvolvimento científico e tecnológico do país. Inicialmente será feita uma breve análise sobre a origem e evolução da universidade. Em seguida, será feita uma análise sobre a criação do Sistema de Pós-graduação e sua integração ao Sistema de Ciência e Tecnologia desenvolvido no país. Finalmente, será abordada a questão do desempenho, qualidade e concentração do atual Sistema de pesquisa e pós-graduação.

### **2.1 A UNIVERSIDADE NO BRASIL: ORIGEM E EVOLUÇÃO**

As primeiras universidades surgiram na idade média, em alguns países da Europa Ocidental, como Itália, França e Inglaterra. Por volta do século XVI já haviam se disseminado por toda a Europa e, nos séculos XIX e XX, pelos demais continentes.

O Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, não criou universidades em seu território até o início do século XIX. Durante esse período, ou seja, durante três séculos, os estudantes da elite colonial portuguesa deslocavam-se até Portugal para se graduarem em Teologia, Direito, Medicina e Filosofia na Universidade de Coimbra. Tal fato era decorrente da política da Metrópole, que considerava conveniente e, até mesmo necessário, que os estudos superiores fossem centralizados em sua antiga universidade, a qual passou a desempenhar um papel importante na formação das elites culturais brasileiras (FÁVERO, 2000).

Somente a partir de 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, as primeiras instituições isoladas de ensino superior foram instaladas no país. As primeiras faculdades brasileiras – Medicina, Direito e Politécnica – respondiam à estrita necessidade profissional e seguiam o modelo das Grandes Escolas Francesas, voltadas mais para o ensino do que para a pesquisa.

“Ao longo do Império e das primeiras décadas da República, o positivismo, que considerava a universidade uma instituição metafísica, conspirou decisivamente contra a instituição de um ensino superior universalista e integrado” (TAVARES, 2000, p. 47). Talvez isso explique por que durante todo o período imperial, não foi criada nenhuma universidade no Brasil.

Ao tratar da criação das universidades no país, no período que ia da Colônia até a República, Fávero (2000) cita a resistência que havia quanto à criação de instituições universitárias e toma como exemplos as mais de duas dezenas de projetos de criação de universidades apresentados no período monárquico que foram rejeitados.

Somente com a instauração da Primeira República, em 1920, foi criada a primeira universidade no Brasil instituída através do Decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. A Universidade do Rio de Janeiro aglutinou diversas faculdades isoladas, “sem maior integração entre elas e cada uma conservando suas características próprias” (FÁVERO, 2000, p. 28) e continuou mantendo a mesma orientação profissional de seus cursos, permanecendo elitista e priorizando o ensino à pesquisa. Efetivamente, as atividades de pesquisa somente vão entrar para a história dessa universidade a partir da década de 40.

No transcorrer da década de 20, várias foram as discussões a respeito da educação superior. Entre estas, destacam-se: a concepção de universidade; suas funções; autonomia universitária; modelo de universidade a ser adotado no Brasil. Diante das discussões a respeito das funções e do papel da Universidade, segundo Fávero (2000, p. 35),

Verificam-se duas posições bem nítidas: os que defendem como funções básicas da universidade a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que enfatizam como prioridade a formação profissional. Há, ainda, uma terceira que poderia talvez vir a constituir-se em desdobramento da primeira. De acordo com essa visão, a universidade, para merecer esta denominação, deveria tornar-se um foco de cultura, de disseminação de ciência adquirida e de criação da ciência nova.

Essa visão de universidade, no entanto, ainda segundo o autor, “não chega a ser concretizada nos anos 20, nem na esfera federal, com a Universidade do Rio de Janeiro, nem na estadual, com a criação, em 1927, da Universidade de Minas Gerais.”

A criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, foi uma iniciativa do Estado com vistas a promover transformações no setor da educação, entre as quais, a estruturação da

Universidade. No ano seguinte, com a implantação da Reforma Francisco Lopes, foi instituído o sistema universitário, como uma regra de organização do ensino superior a ser seguido em todo o país. Acreditava-se, então, estar indo além do modelo anterior de universidade que dava ênfase ao ensino profissionalizante. No entanto, as atividades de pesquisa ainda ficavam relegadas a um segundo plano, visto que este novo modelo de universidade dava maior ênfase à formação de professores para o ensino normal e secundário.

Um grande marco ocorrido na história do sistema brasileiro de educação superior e no desenvolvimento das atividades de pesquisa no país foi a criação da Universidade de São Paulo – USP e da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1934. Mais tarde, foram incorporadas também as Escolas Estaduais de Medicina, Direito e Engenharia, além de algumas instituições de ensino e pesquisa. Contando com professores pesquisadores estrangeiros, principalmente da Europa e com recursos provenientes do Estado mais rico do país, a USP tornou-se o estabelecimento de ensino e pesquisa mais importante do país e, na opinião de Fávero (2000), “um centro de renovação e de formação de elites culturais e políticas”.

A partir da década de 40, a aceleração do processo de urbanização e a criação de novos empregos tanto no setor público, quanto no privado, levou à “ampliação e a modernização do sistema de ensino, visando atender às demandas geradas pelas modificações nas atividades produtivas” (BARROS, 1998, p. 59). Como resultado, durante a Nova República, especificamente no período de 1945 a 1964, foram criadas 22 universidades federais, fazendo com que todas as unidades federativas contassem com uma universidade pública federal em suas capitais. Foram criadas ainda, no mesmo período, 9 universidades religiosas, 8 católicas e uma presbiteriana aumentando, significativamente, a expansão das matrículas.

A intensa criação de Universidades Públicas em determinados períodos poderiam ser identificados, segundo Aragón (1998, p. 5) com “períodos políticos nos quais o aparelho estatal buscava ampliar sua legitimidade, permitindo a incorporação de outros setores à chamada classe média”, desencadeando muitas vezes, um crescimento precipitado e desorganizado. Ainda segundo o autor, as universidades tradicionais acabaram entrando em uma crise de identidade.

Sendo, a princípio, espaços de socialização e reprodução das elites hegemônicas política e economicamente, logo tiveram muitos candidatos às suas portas, de forma que tiveram que passar a ser IES de massas, admitindo o acesso de amplos setores da sociedade. Assim, as instituições *tradicionais de elite* tiveram que passar rapidamente à condição de IES *de massa*, e suas estruturas e formas de organização, voltadas para a formação de elites – mais políticas que científicas e intelectuais – mostraram-se insuficientes para as exigências desse novo momento. (ARAGÓN, 1998, p. 5)

A partir do crescimento das instituições de ensino superior no país, novas exigências começam a surgir por parte do mercado com relação à necessidade cada vez maior de recursos humanos altamente especializados, gerando “um efeito decisivo sobre a demanda por pós-graduação, na medida em que passa a existir uma pressão por diferenciação dos graus educacionais obtidos para o acesso a empregos hierarquicamente superiores.”(CORDOVA, 1986, p. 19).

O aumento nas matrículas dos cursos de pós-graduação, associado às novas normas de titulação docente, terminam por implicar na necessidade de contratação de uma enorme quantidade de professores pós-graduados para compor os quadros das universidades. Esses dois fatos, associados ao desejo do governo militar em promover o desenvolvimento econômico do país através da geração de ciência e tecnologia, foram os grandes alavancadores da pós-graduação no Brasil.

## 2.2 A CRIAÇÃO DO SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS

A implantação formal da pós-graduação no Brasil ocorreu em 1968 com a aprovação da Lei nº 5.540, que promoveu a reforma do ensino superior. No entanto, o processo de institucionalização e consolidação do sistema nacional de pós-graduação só teve início em 1973, com a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação – CNPG<sup>1</sup> e a elaboração do I Plano Nacional de Pós-Graduação – I PNPG.

---

<sup>1</sup> O CNPG foi um órgão criado com a incumbência de definir uma política nacional de pós-graduação, a qual resultou no I PNPG

Antes disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 já havia feito uma referência aos cursos de Pós-Graduação em seu artigo 69, de forma bastante genérica. Esse artigo dispunha que:

Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e obtido classificação em concurso de habilitação; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído a graduação e obtido os respectivos diplomas; c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino, abertos a candidatos com preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961)

Em 1965 a Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação, atendendo a uma solicitação do Ministro da Educação, definiu e regulamentou os cursos de pós-graduação, através do Parecer nº 977/65. Conforme explicitado no texto do documento, havia três motivos urgentes para a implantação da pós-graduação no país: a) formar professores competentes para atender à expansão do ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação do nível de qualidade existente; b) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica; e c) oferecer treinamento qualificado para técnicos e trabalhadores de alto padrão de forma a atender às necessidades de desenvolvimento nacional em todos os setores.

Através desse Parecer, os cursos de pós-graduação foram divididos em duas categorias: os cursos de *stricto sensu*, abrangendo o mestrado e o doutorado; e os de *lato sensu*. Os cursos de *stricto sensu* se distinguiam por sua natureza acadêmica e de pesquisa, conferindo diplomas de mestre e doutor, sendo este último considerado o nível mais alto na hierarquia dos cursos superiores. Já os cursos de *lato sensu*, cuja expressão significa “sentido extenso”, seriam destinados a aprofundar o conhecimento em uma determinada área específica, daqueles alunos que já tivessem concluído a graduação.

Com a elaboração do Relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, em 1968, e a constatação da importância da pós-graduação para a formação dos docentes mais qualificados academicamente do ensino superior, foi destacada a necessidade da elaboração de uma política nacional de pós-graduação que possibilitasse sua execução. Essa política ficaria, única e exclusivamente, a cargo do governo federal, que concederia recursos materiais e financeiros para sua execução. Assim, as propostas do GT foram formalizadas através da Lei nº 5.540/68 que fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior. (MARTINS, 2002).

Além das ações já citadas que contribuíram para o processo de desenvolvimento do sistema de pós-graduação no país, os Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPGs, segundo Martins (2002, p. 74) “constituíram um outro elemento crucial na construção do sistema, imprimindo uma direção para sua consolidação e institucionalização.” Através deles, foram realizados diagnósticos do setor e estabelecidas metas e ações para o seu desenvolvimento.

O I PNPG previa, na sua implementação, “a consolidação do sistema nacional de pós-graduação, do ponto de vista institucional e financeiro, a melhoria do seu desempenho e a expansão orientada para que pudesse cumprir suas funções com maior eficácia.” (BARROS, 1978, p.118). Desta forma, as análises e estratégias apresentadas pelo I PNPG serviram para nortear as atividades de pós-graduação no período de 1975 a 1979, tornando indissociáveis o ensino e a pesquisa e garantindo que o ensino superior seria o setor de formação de recursos humanos para os demais níveis de ensino e para a sociedade, enquanto a pós-graduação *stricto sensu* estaria direcionada à formação de recursos humanos para o ensino superior.

Uma das principais conseqüências advindas da implantação do I PNPG e que merece um pouco mais de destaque, foi a criação de um sofisticado e inovador sistema de avaliação dos cursos e programas de pós-graduação (Mestrado e Doutorado), desenvolvido no Brasil. Esta forma de avaliação, na análise de Córdova, atendia a duas necessidades:

De um lado, responder ao clamor que se erguia contra o crescimento exagerado do número de programas e do conseqüente risco de perda de qualidade acadêmica, vindo a se constituir em mais um engodo do sistema educacional brasileiro. Por outro lado, atendia à necessidade de identificar, para o MEC em geral, e para a CAPES, em particular, os méritos e as conquistas assim como as deficiências e problemas dos cursos, orientando o processo decisório para alocação de recursos e formulação de políticas. (CÓRDOVA, 1986, p. 25)

O sistema de avaliação foi implantado pela CAPES e começou a vigorar já na década de 70. A partir da expansão da pós-graduação e do conseqüente aumento do número de bolsas de estudo concedidas - entre 1971 e 1981, o número de bolsistas no exterior passou de 113 para mil, enquanto o número de bolsistas no país, no mesmo período, passou de 930 para 7 mil – a CAPES passou a buscar mecanismos de seleção dos melhores programas e das cotas a serem distribuídas para cada um deles. O desejo de conceder mais bolsas aos melhores programas, foi o que originou o processo de avaliação da CAPES. Os resultados mais imediatos obtidos pela implantação do sistema de avaliação, foram: a) o acompanhamento da evolução da pós-graduação brasileira e, através de um conjunto de critérios pré-estabelecidos, a avaliação da

qualidade dos cursos e programas; e b) a elaboração de mecanismos mais adequados de apoio institucional. (BARROS, 1998).

Segundo Durhan (1991, p. 10), “a implantação desse sistema de avaliação representou uma inovação fundamental na condução de políticas educacionais no Brasil” e a razão de sua eficácia, ainda segundo a autora,

Reside no fato de que os critérios adotados pela avaliação, as recomendações e os conceitos por ela emitidos sobre os cursos sinalizam, de modo claro e consistente, as direções em que eles devem seguir; e ao balizar os mecanismos de incentivos, eles efetivam uma pressão continuada para que caminhem no sentido desejado”. (DURHAN, 1991, p. 10)

O II PNPG (1982/85) foi elaborado em consonância com as orientações do III Plano Nacional de Desenvolvimento – PND e com as indicações do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBCDT), estabelecendo como prioridades a qualidade do ensino superior, a compatibilização da pesquisa e pós-graduação com as prioridades nacionais e uma melhor articulação entre as instâncias governamentais, o que resultaria em uma maior racionalização dos investimentos no setor.

Segundo Martins (2002, p. 77), “a implementação do II PNPG, conseguiu consolidar o processo de avaliação que desde então vem passando por constantes aprimoramentos” e continua, destacando que esse processo de avaliação é realizado por consultores indicados pelos programas de pós-graduação das diferentes áreas de conhecimento, garantindo um maior grau de legitimidade do processo frente à comunidade científica nacional.

Mesmo com o grande progresso ocorrido na institucionalização da pós-graduação, durante a vigência dos planos anteriores, o III PNPG (1986/89) considerou que este processo ainda não estava concluído e manteve esse item como um dos objetivos do novo Plano. Além desse, foram estabelecidos como objetivos: a institucionalização da pesquisa nas universidades, de forma a assegurar seu funcionamento; e a integração da pós-graduação ao Sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo. Tendo sido elaborado no mesmo período do I Plano Nacional de Desenvolvimento – PND, o III PNPG partia do princípio que não havia cientistas em número suficiente para garantir o desenvolvimento do país e sua independência em termos econômicos, científicos e tecnológicos, sendo necessário para isso, investir na formação de recursos humanos de alto nível.

### 2.3 A PÓS-GRADUAÇÃO E SUA INTEGRAÇÃO AO SISTEMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL

O engajamento do Estado no desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, segundo Barros (1998), teve como justificativa a necessidade de associar o domínio do conhecimento científico ao desenvolvimento econômico, visto que os países industrializados já vinham investindo maciçamente em pesquisa e desenvolvimento, tanto nas universidades como nas empresas industriais.

Ainda segundo a autora, até então, as ações voltadas para o setor de Ciência e Tecnologia eram “descontínuas e pontuais sem um caráter mais sistemático e abrangente que pudesse caracterizar uma intervenção do Estado” (BARROS, 1998, p. 76). A criação de alguns institutos de pesquisa, como por exemplo, o Museu Paraense Emílio Goeldi (1885), o Instituto Agrônomo de Campinas (1887), o Instituto Butantã (1899), o Instituto Oswaldo Cruz (1900), entre outros, teriam atendido a necessidades específicas sem, contudo, caracterizar uma política sistemática do Estado nesse sentido.

Apesar da importância dessas ações e da criação de outros órgãos e instituições científicas, o grande passo para a institucionalização da pesquisa e da formação de recursos humanos no país foi dado com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (atual Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 1951.

O CNPq foi criado à semelhança da *National Science Foundation (NSF)* originada nos Estados Unidos e de outros organismos semelhantes existentes em países avançados que atuavam, principalmente, no fomento às atividades de pesquisa científica e na formação de recursos humanos. Criado com o objetivo inicial de responder pela área de energia nuclear e promover a capacitação científica e tecnológica nacional, o CNPq acabou desempenhando um papel fundamental na construção da pós-graduação nacional representando, segundo Barbieri (1994), “um marco fundamental na participação do Estado no processo de desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil” e, ainda, na visão de Barros (1998), “o atendimento de interesses manifestos ao nível de sociedade política (técnicos do governo, políticos e militares) e de determinado segmento da sociedade civil (comunidade científica)”.



A CAPES, assim como o CNPq, teve a sua criação motivada pela necessidade de se estabelecer “uma base científica nacional que desse suporte às demandas oriundas da nova configuração do setor produtivo e que também contribuísse para o processo de autonomia tecnológica pretendida para o país” (BARROS, 1998, p. 82). Criada num momento em que o modelo de ensino superior existente, até então, se baseava em escolas profissionais e onde a pós-graduação *stricto sensu* praticamente não existia,

Sua criação significou a iniciativa do Estado brasileiro de se equipar de órgãos e instrumentos para a regulação de diferentes aspectos da vida nacional e para a formulação e execução de políticas que lhe permitissem cumprir um projeto de industrialização intensiva do país. O objetivo principal da CAPES era garantir a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao desenvolvimento econômico e social do país naquele momento. Para isso, entre outros aspectos, a CAPES assumia as tarefas de promover o estudo das necessidades do país, mobilizar os recursos existentes para o oferecimento de oportunidades de treinamento para suprir as deficiências identificadas; e promover a instalação e expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados” (MARTINS apud FERREIRA & MOREIRA, 2002, p. 296-297).

Essas iniciativas ganharam maior importância a partir da implantação da pós-graduação e da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, em 1969, que começou a atuar efetivamente em 1971, quando a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP passou a ocupar sua Secretaria-Executiva. Dando continuidade às ações governamentais de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação no país, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, foi criado através do Decreto Lei nº 719 de 31 de julho de 1969, com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, mas, logo em seguida, volta-se ao “apoio à pesquisa pura ou realizada no âmbito acadêmico das universidades e envolve-se profundamente com o apoio à pós-graduação *stricto sensu*, atividade que iniciava sua expansão no início da década de setenta”.(BERTERO, 1994)

A década de 70 foi considerada, pela comunidade científica, como a década das “vacas gordas”. Em 1972, a FINEP, já como Secretaria-Executiva do FNDCT dá início à gestão do Fundo, tendo um acréscimo de 82% no seu orçamento e um aumento de 80% em relação aos seus desembolsos do ano anterior. Segundo Guimarães (1994), o principal indicador do papel do FNDCT no processo de institucionalização da pesquisa científica no Brasil, nos anos 70, foi o crescimento do número de cursos de pós-graduação. A concessão de recursos públicos às atividades de ciência e tecnologia destinava-se, especialmente, às “universidades e

instituições governamentais de pesquisa, onde a política científica e tecnológica encontrou resposta mais vigorosa e maior suporte político” (GUIMARÃES, 1994).

Como resultado dessa política, a década de 70 caracterizou-se pela mobilização de volumes crescentes de recursos, tanto da União, quanto dos Estados e das agências de fomento nacionais e internacionais destinados às universidades e instituições de pesquisa que, por este motivo, apresentaram excelentes resultados, especialmente no tocante ao fortalecimento da pós-graduação, ao aumento do número de cientistas e à criação de uma razoável infraestrutura de pesquisa.

Diferentemente dos anos 70, na década de 80 os desembolsos passaram por grande instabilidade e cortes significativos. Isto se deu, segundo Guimarães (1994), “em parte como uma decorrência mesmo da crise fiscal que caracteriza o período, em parte como reflexo da baixa prioridade que as novas autoridades a que estava afeta a questão da ciência e tecnologia passam a conferir a essas atividades.”

Citando Botelho (1990, 1992), Schwartzman (1994) afirma que “a instabilidade e incerteza não estavam apenas associadas à recessão econômica, mas também à multiplicação de atores e das arenas de competição por recursos públicos e também ao crescimento do clientelismo político”. Segundo os autores, o setor de ciência e tecnologia passou a ser mais um entre os vários grupos que pressionavam por mais recursos e, nas universidades, a mobilização de funcionários e professores gerou maiores benefícios e ganhos salariais restringindo, no entanto, sua capacidade em buscar a melhoria de seus serviços e a melhor utilização de seus recursos.

A criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, em 1984, como um instrumento complementar à política de fomento à ciência e tecnologia no país, deveria incrementar o apoio financeiro à pesquisa, introduzindo novos critérios e procedimentos indutivos de apoio em áreas definidas como prioritárias. Na realidade, o fato do Programa ser co-financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/BIRD e, assim, depender de uma contrapartida nacional a ser financiada com recursos do FNDCT, gerou uma nova divisão dos recursos do FNDCT

A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, em 1985, veio de encontro a antigas reivindicações da comunidade científica, “alimentada pelo pressuposto de que uma elevada posição hierárquica a nível ministerial seria capaz de priorizar mais favoravelmente a área” (BERTERO, 1994) ou, segundo Schwartzman (1994) “que esperavam, com ele, resolver os problemas de planejamento e coordenação, e estabelecer uma ligação mais direta entre o setor de C&T e as necessidades econômicas e sociais do país”.

Desde sua criação, o MCT passou por diversas reestruturações até chegar à sua atual configuração. Além de ter mudado de “nome e inserção institucional várias vezes, os orçamentos alocados para C&T oscilaram e a liberação desses recursos passaram a depender de negociações constantes, penosas e cotidianas” (SCHWARTZMAN, 1994, p. 20). Ainda segundo os autores, todas essas mudanças, aliadas ao “quadro de instabilidade e imprevisibilidade, afetou o setor de C&T de dois modos importantes. O mais óbvio foi a redução de recursos para a maioria dos programas existentes e a ausência de perspectivas de novos projetos e iniciativas”. Esse quadro de forte instabilidade observado na década de 80, permaneceu inalterado na década seguinte com fortes oscilações em termos de gastos com C&T.

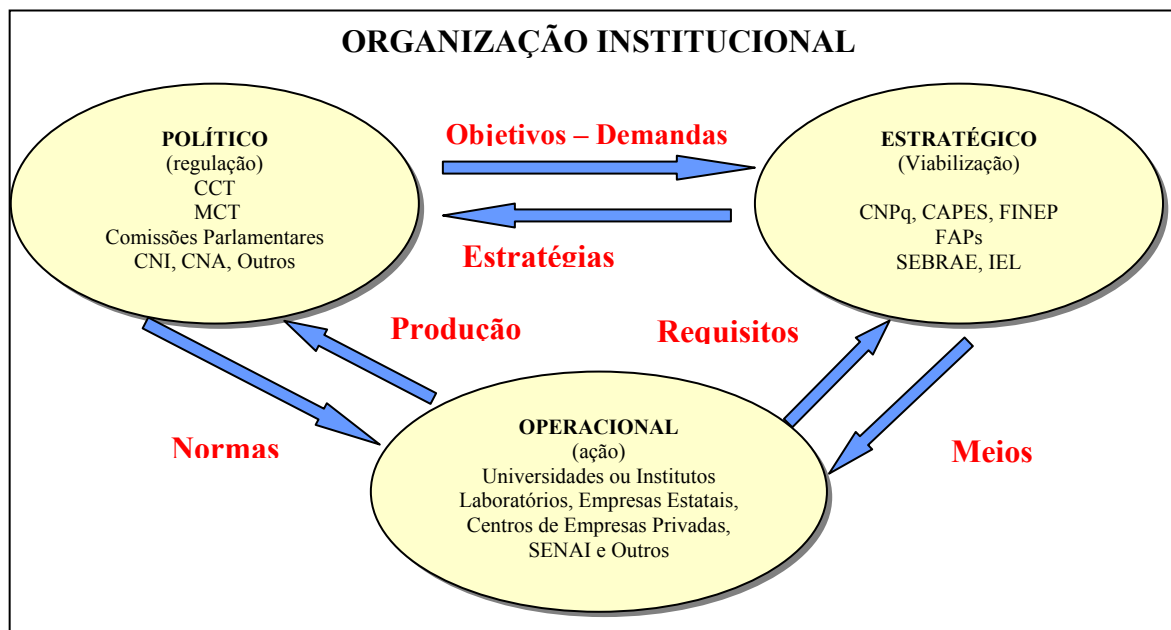
A implementação de novas modalidades de fomento, como o PADCT III, no início da década de 90 demonstrou que havia, por parte do governo, o desejo de aumentar o gasto público em C&T, por intermédio de agências como a CAPES, CNPq e FINEP, incentivando a relação entre universidade e empresa. No entanto, com a desvalorização do real, em 1998, os investimentos em C&T sofrem novos cortes, afetando, de forma crítica, as universidades e os institutos de pesquisa.

Não obstante todas essas ações implementadas pelo governo, a grande dificuldade para a implementação de uma política brasileira de C&T estava na falta de estabilidade e continuidade do financiamento para o setor. A solução encontrada para esse problema foi a criação dos Fundos Setoriais, em 1999, como um novo modelo de financiamento a projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação no País.

O sistema nacional de ciência e tecnologia no Brasil, formado ao longo das últimas cinco décadas é, hoje, bastante diversificado e abrangente. Diversos organismos públicos e alguns privados atuam na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, participando da

formulação e implementação das políticas públicas do governo e na administração de recursos provenientes de fontes federais, estaduais e privadas.

A Figura 1 apresenta em termos ideais, segundo Brito Cruz (1999), a articulação dos diversos agentes dentro do Sistema de C&T em suas várias funções de natureza política, estratégica e operacional. O primeiro, está representado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia – CCT e pelo MCT que são os principais responsáveis pela coordenação e regulação da política de C&T no país. O segundo formado, principalmente, pelas agências de fomento, é o responsável pela estratégia na implementação das políticas. O terceiro, é formado pelas diversas instituições de ensino ou pesquisa, públicas ou privadas relacionadas ao desenvolvimento da C&T brasileira.



**Figura 1** – Organização Institucional da C&T no Brasil

Fonte: CRUZ, – O Sistema de C&T como parte do Sistema Nacional de Inovação. Julho 1999.

Mesmo com toda essa amplitude, o Sistema de C&T no país ainda possui limitações próprias de um país em desenvolvimento e, segundo Cruz (1999), cinco deficiências principais: a) baixos índices de inovação da empresa brasileira; b) recursos crescentes mas ainda insuficientes; c) déficit de pesquisadores e engenheiros para atividades de P&D; d) limitações educacionais, face às novas exigências do mercado de trabalho; e e) fraca interação e cooperação entre os agentes do sistema.

Por outro lado, cabe ressaltar a existência de um amplo sistema universitário federal, responsável pela formação dos melhores quadros na graduação e pós-graduação e pela maior parte da produção científica nacional. Segundo Bertero (1994) as IFES, especialmente aquelas de melhor nível, “tem exercido importante papel para o sistema de C&T na medida em que treinam cientistas e tecnólogos através de seus programas de pós-graduação *stricto sensu* e são também agentes produtores de conhecimento científico.”

De uma forma geral, pode-se dizer que as políticas implementadas no Brasil, nas últimas décadas, para o sistema de pesquisa e pós-graduação fizeram com que o mesmo adquirisse um alto grau de maturidade, apresentando ótimo desempenho em diversas áreas do conhecimento e resultados expressivos em termos de publicações científicas e número de mestres e doutores titulados.

Apesar de ser considerado, por muitos, o melhor e mais completo da América do Sul, o sistema de pesquisa e pós-graduação brasileiro possui algumas carências que precisam ser equacionadas de forma a tornar o sistema mais homogêneo em termos de qualidade. Destacam-se entre outras, os desequilíbrios existentes entre regiões e instituições, inclusive aqueles inter-regionais e intra-institucionais, e a falta de uma política de financiamento com um caráter mais abrangente e mais redistributivo.

#### 2.4 O SISTEMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NA ATUALIDADE: DESEMPENHO, QUALIDADE E CONCENTRAÇÃO

A implementação, institucionalização e rápida expansão da pós-graduação no Brasil, como já visto, ocorreu a partir de uma política induzida e orientada pelo Estado, a qual contou com a participação e colaboração da comunidade científica. A partir da implementação dos Planos Nacionais de Pós-Graduação que traçaram as diretrizes, estratégias, objetivos e metas para o desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação no Brasil, em conjunto com os investimentos sistemáticos das agências de fomento direcionados a esse fim, o sistema cresceu de forma rápida e orientada.

A evolução do sistema nacional de pós-graduação, nos últimos anos, pode ser observada através do aumento expressivo em, praticamente, todos os indicadores relacionados à C&T no

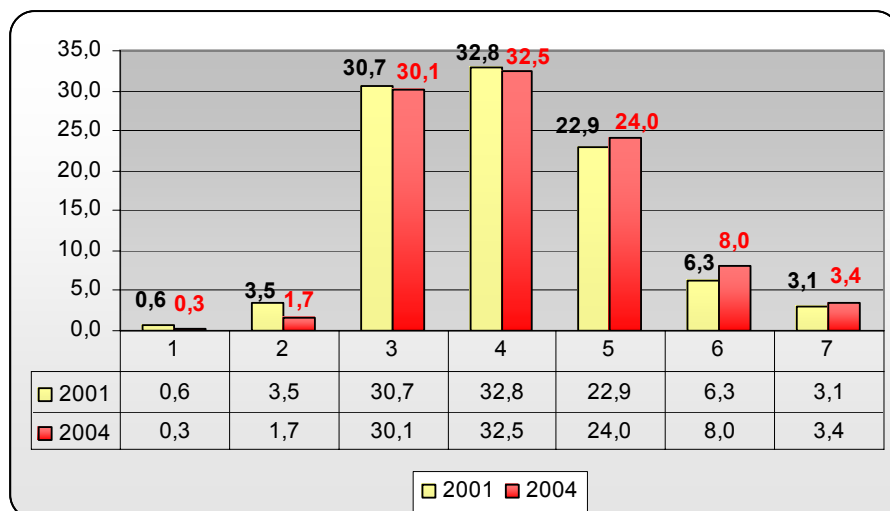
país. Segundo dados da CAPES, a expansão da Pós-graduação cresceu consideravelmente nas últimas décadas, tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos. O número de Cursos de Pós-graduação *stricto sensu* saltou de 673 em 1976 – ano em que teve início o processo de avaliação dos cursos de pós-graduação -, para 2.861 em 2003; e o número de Programas passou de 815 em 1987, para 1.820 em 2003, ou seja, um aumento de 123% em 16 anos. No mesmo período, houve um aumento de 691,6% no número de Alunos Titulados e de 315,7% no número de Alunos Novos (Tabela 1).

**Tabela 1** – Evolução do número de Programas de Pós-Graduação – 1987/2003

	Anos								
	1987	1989	1991	1993	1995	1997	1999	2001	2003
Programas	815	919	1.019	1.120	1.230	1.274	1.424	1.551	1.820
Titulados – Doutorado	868	1.047	1.489	1.803	2.528	3.620	4.853	6.040	8.094
Titulados – Mestrado	3.647	4.727	6.811	7.609	9.265	11.922	15.380	20.032	27.648
Alunos Novos – Dout.	1.786	2.416	3.509	4.132	5.331	6.199	7.903	9.101	11.343
Alunos Novos – Mest.	9.440	11.432	12.768	13.633	17.746	17.570	23.837	28.074	35.320

Fonte: CAPES/MEC

Em termos qualitativos, também se observa uma melhora significativa na última avaliação trienal da CAPES, relativa ao período de 2001/2003, quando foram analisados 1.819 Programas, abrangendo 2.861 cursos – 15,9% a mais do que no período anterior, sendo 1.020 de Doutorado, 1.726 de Mestrado Acadêmico e 115 de Mestrado Profissional. Além do percentual de cursos recomendados ter passado de 95,8% para 98% do total, os Programas com conceitos 5, 6 e 7 tiveram um percentual de aumento de cerca de 3% em relação ao total, demonstrando a crescente qualificação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Gráfico 1).

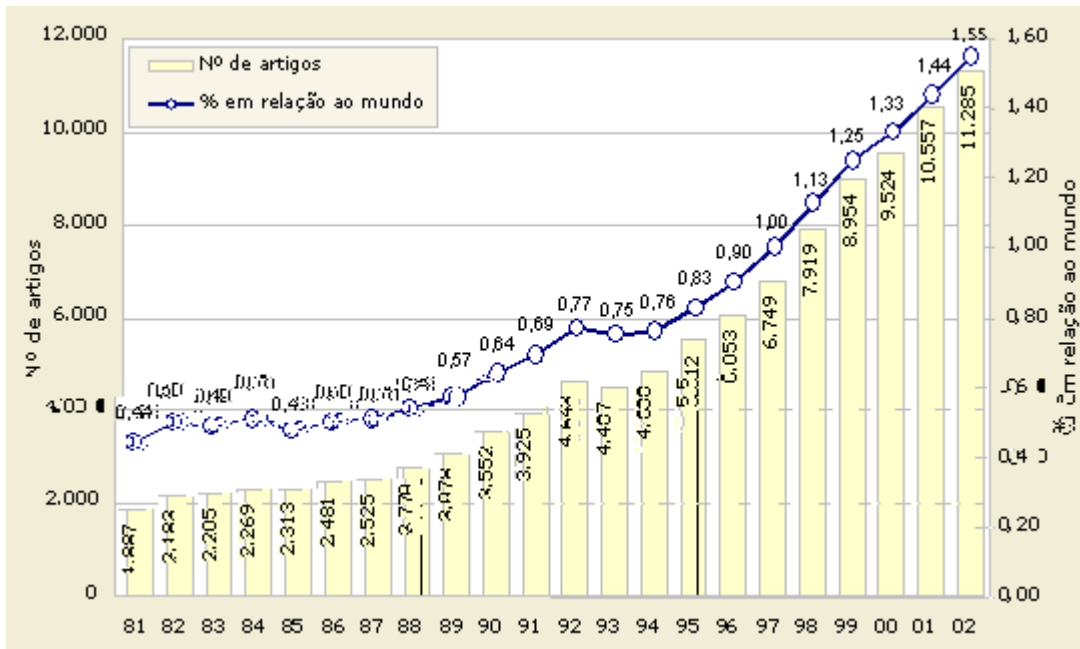


**Gráfico 1** – Avaliação Trienal 2001 e 2004: % de programas por conceito

Fonte: CAPES/MEC

Desde a Reforma Universitária, a política educacional brasileira vem incentivando a integração entre ensino e pesquisa e fomentando a realização da ciência dentro a

produção mundial do conhecimento mas, sobretudo, o salto quantitativo e qualitativo da pesquisa nacional.

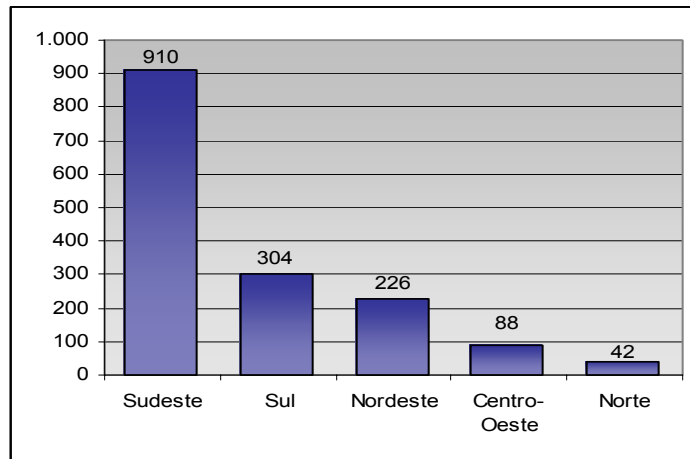


**Gráfico 2** - Artigos brasileiros publicados em periódicos científicos internacionais indexados no Institute for Scientific Information (ISI) e percentual em relação ao mundo, 1981-2002  
Fonte: MCT

A consolidação e expansão da pesquisa no Brasil está, intimamente, relacionada ao desenvolvimento da pós-graduação nas universidades públicas e ao sistema de financiamento provenientes de agências de fomento. Apesar dos dados demonstrarem um crescimento inequívoco do sistema, não se pode dizer que esse crescimento tenha ocorrido de forma uniforme, como seria de se esperar, mas, sim, através de uma distribuição desigual entre as regiões do Brasil.

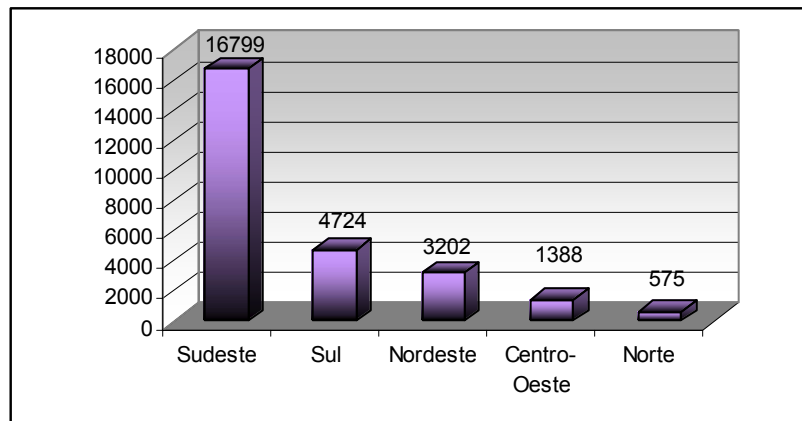
Analisando os desequilíbrios regionais e intra-regionais, Bortolozzi (2004) relacionou a distribuição de programas de pós-graduação no país com a concentração de doutores em determinadas regiões ou estados, concluindo que a primeira é consequência direta da segunda. Como pode ser verificado no Gráfico 3, o número de Programas de Pós-graduação, incluindo Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado na região Sudeste é três vezes maior do que a região Sul, o que representa 60% do total.





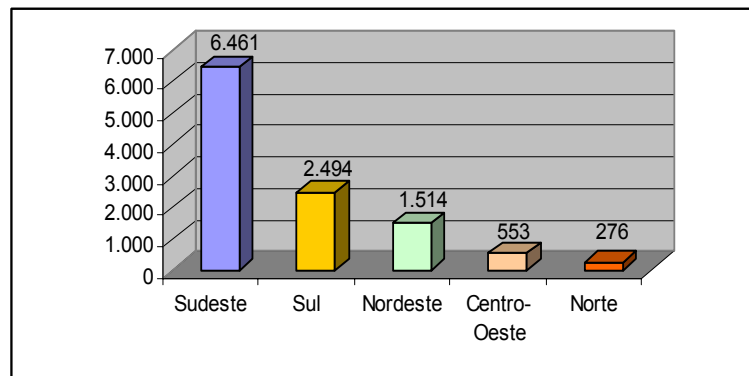
**Gráfico 3** – Número de Programas de Pós-Graduação por região 2002  
 Fonte: CAPES, 2002 – Bortolozzi (2004)

Da mesma forma, de um total de 26.688 Doutores, 63% estão concentrados na região Sudeste (Gráfico 4).



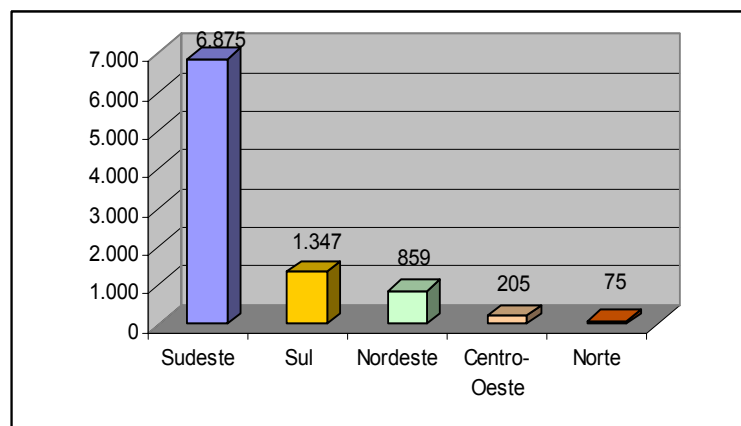
**Gráfico 4** – Distribuição de Doutores por regiões - 2002  
 Fonte: CAPES, 2002 – Bortolozzi (2004)

Os gráficos 5 e 6, representam os números de bolsas de Mestrado e Doutorado concedidas pela CAPES no ano de 2002 nos quais verificam-se a supremacia da região Sudeste sobre as demais, absorvendo cerca de 57% das bolsas de Mestrado e 73% de Doutorado. Esses números atestam claramente as diferenças regionais existentes.



**Gráfico 5** – Número de bolsas de Mestrado - 2002

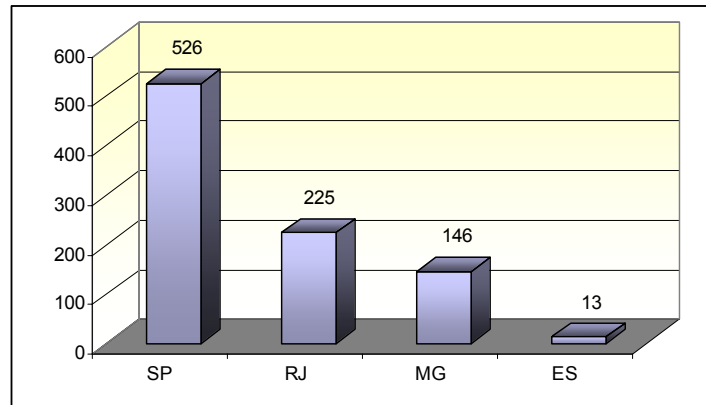
Fonte: CAPES, 2002 – Bortolozzi (2004)



**Gráfico 6** – Número de bolsas de Doutorado - 2002

Fonte: CAPES, 2002 – Bortolozzi (2004)

Bortolozzi (2004) demonstrou também que, assim como as desigualdades regionais são acentuadas, o mesmo se verifica entre os Estados de cada região, com algumas instituições sobrevivendo em condições muito menos privilegiadas que algumas de suas congêneres. A título de exemplo, o gráfico 7 apresenta a distribuição de programas de pós-graduação na região Sudeste. Como se pode verificar, de um total de 910 Programas, praticamente 60% estão concentradas no Estado de São Paulo, 25% no Rio de Janeiro, 16% em Minas Gerais e, apenas, 1,4% no Espírito Santo.



**Gráfico 7** – Distribuição de Programas de pós-graduação na região Sudeste  
 Fonte: CAPES, 2002 – Bortolozzi (2004)

Os dados apresentados demonstram claramente que o sistema atual de pesquisa e pós-graduação no Brasil, é caracterizado pela complexidade, heterogeneidade e desequilíbrios regionais, intra-regionais e intra-institucionais. A alta concentração de pesquisadores e de cursos de pós-graduação em algumas universidades do País, tem feito com que estas sejam as maiores beneficiadas com recursos das agências de fomento, gerando um círculo vicioso no qual se privilegiam as já privilegiadas. Bortolozzi (2004) afirma que existe uma relação direta entre o aporte de recursos recebidos pela instituição e sua consolidação na pesquisa e na pós-graduação e que, a se manter os atuais critérios, a tendência é a de aprofundar e perenizar os desequilíbrios já existentes.

A questão da política de financiamento à pesquisa e pós-graduação, como se vê, é assunto de primeira ordem, mas, que não pode ser vista isoladamente e, sim, dentro do contexto global de financiamento das Instituições de Ensino Superior. O próximo capítulo abordará a problemática do financiamento às Instituições Federais de Ensino Superior em geral e à pesquisa e pós-graduação, em particular.

### 3 O FINANCIAMENTO DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NAS IFES

O presente capítulo pretende abordar a questão do financiamento à pesquisa e pós-graduação nas universidades federais de ensino superior. Inicialmente será feita uma contextualização do atual sistema de ensino superior no Brasil, seguidos de uma análise sobre o financiamento público às IFES e, posteriormente, sobre as atuais fontes de financiamento voltados para o sistema de pesquisa e pós-graduação no país.

#### 3.1 A ESTRUTURA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O Sistema de educação superior no Brasil é bastante diversificado e heterogêneo . De um lado, as instituições públicas de ensino superior cuja manutenção está a cargo dos governos federal, estadual e municipal. De outro lado, as instituições sem caráter público que compreendem instituições privadas, confessionais, comunitárias e filantrópicas. A complexidade do sistema de ensino superior remete, institucionalmente, a uma grande diversidade: contempla universidades, centros universitários, instituições de características não universitárias – como os Institutos Superiores de Educação, os Centros de Educação Tecnológica (Cefets e CET's), além de faculdades integradas e isoladas.

O último Censo da Educação Superior feito pelo INEP, em 2003, detectou a existência de 1.859 instituições de ensino superior no país, das quais 1.652, ou seja, 88,9% eram privadas e 207, ou 11,1%, públicas (Tabela 2). Este percentual, segundo dados do *World Education Indicators*, coloca o sistema de educação superior brasileiro entre os mais privatizados do mundo atrás, apenas, de alguns poucos países.

**Tabela 2** – Número e percentual de instituições de ensino superior por categoria administrativa, 2003

INSTITUIÇÕES	NÚMERO	PERCENTUAL (%)
Federal	83	4,5
Estadual	65	3,5
Municipal	59	3,1
Privada	1.652	88,9
TOTAL	1.859	100

Fonte: Censo do INEP/MEC, 2003, p.7

Uma das principais razões para a enorme expansão do setor privado no Brasil decorreu, segundo Corbucci (2003) do processo de enfraquecimento do setor público federal que, devido ao processo de ajuste fiscal ocorrido na década de 90, tornou-se incapaz de ampliar seus gastos e, conseqüentemente, atender à demanda por educação superior. Ainda segundo o autor, o contingenciamento sistemático de recursos repassados pelo MEC para a educação superior, especialmente aqueles destinados à sua manutenção, ao longo da década de 90, levaram ao estrangulamento da capacidade de expansão das IFES, abrindo caminho para o crescimento do setor privado.

A despeito da dimensão atual do setor privado no campo do ensino superior, ainda são as universidades públicas que possuem a quase totalidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo responsáveis por 82% da oferta dos cursos de mestrado e 90% dos cursos de doutorado; por 75% dos docentes portadores do título de Doutor (INEP, 2003) e pela maior parte da pesquisa científica desenvolvida no país que é financiada, em sua maioria, por fundos públicos. As demais instituições de ensino superior, em sua maioria, se dedicam exclusivamente ao ensino de graduação.

### 3.2 O PAPEL DO ESTADO NO FINANCIAMENTO DAS IFES

Entre as 83 instituições públicas federais detectadas pelo INEP, segundo a Secretaria de Educação Superior – SESU, 55 compõem o grupo de Instituições Federais de Ensino Superior – IFES constituído, atualmente, por: 45 universidades, 5 instituições isoladas/integradas e 5 centros de ensino tecnológico, os quais são financiados, em sua maior parte, pelo Governo Federal, através do MEC.

O financiamento das IFES, pelo Governo Federal está definido no Art. 212 da Constituição Federal (CF) que exige que a União aplique, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendidas aquelas provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. A Constituição Federal, em seu Art. 213, proíbe a alocação de recursos governamentais para financiamento de instituições educacionais privadas, com exceção daquelas sem fins lucrativos, como as comunitárias, confessionais ou filantrópicas,

que possuem isenções fiscais cujos resultados devem ser reinvestidos nelas mesmas. Esta proibição, no entanto, não se aplica às atividades de pesquisa e pós-graduação que podem receber verbas públicas.

A questão do financiamento às instituições públicas de ensino superior tem sido objeto de grandes debates nos últimos anos. De um lado, aqueles que julgam a educação superior pública ineficiente e elitista e consideram os gastos da União com o Ensino Superior excessivos, principalmente se comparados em termos *per capita*, com os demais níveis de ensino do país.

Do outro lado, estão aqueles que se opõem a esses argumentos evidenciando o alto custo da educação superior em qualquer país do mundo e denunciando a problemática escassez e redução gradativa de apoio financeiro ao custeio das atividades no âmbito das universidades em geral e da pesquisa, em especial; os déficits financeiros nas IFES; a falta de equipamentos em geral; a carência ou obsolescência dos laboratórios; as restrições orçamentárias; a redução dos quadros de pessoal e inúmeros outros problemas que estão levando ao sucateamento da universidade pública.

Corbucci (2003) rejeita o argumento de gastos excessivos com a educação superior baseado no fato de que a análise do gasto médio por estudante nas instituições federais não considera a gama de serviços e produtos oferecidos pelas IFES à sociedade. Além disso, as obrigações previdenciárias e as sentenças judiciais são utilizadas no cômputo geral de gastos, dificultando uma análise mais aprofundada. Ainda segundo o autor, à medida em que se retiram essas despesas, verifica-se que o gasto *per capita* nas instituições é bastante heterogêneo e cita uma pesquisa realizada pelo IPEA para calcular o gasto médio por aluno, em 1997. Segundo a pesquisa, o gasto médio por aluno, para o conjunto de universidades federais era de R\$ 8,4 mil, por ano. No entanto, para as universidades que só ministravam cursos de graduação e não dispunham de hospitais universitários, o gasto por aluno não passava de R\$ 4,0 mil. Desse modo, afirma Corbucci (2003) “não se sustenta o argumento de que é onerosa a manutenção das IES públicas, quando se compara esse gasto *per capita* nas universidades federais (UFS) com o valor médio nas instituições privadas”.

Mesmo considerando o consenso existente entre diversos autores sobre a redução dos recursos aportados pelo governo federal para as IFES (AMARAL, 1999; CORBUCCI, 2003; CUNHA,

2004), a maior parte dos recursos destinados às universidades no Brasil, assim como na grande maioria dos países, ainda é governamental. As universidades públicas e os institutos de pesquisa são os maiores beneficiários desses recursos, tendo em vista que é no seu interior que se desenvolve a quase totalidade das atividades científicas e dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

A redução dos recursos aportados pelo governo federal para as IFES, vem desencadeando uma crise institucional provocada pelo Estado que, segundo Santos (2004) “decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades e com a educação em geral, convertendo esta num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado”.

Partindo dessa realidade, pode-se afirmar que as universidades públicas estão sendo incentivadas a buscar recursos extra-orçamentários como forma de complementação daqueles aportados pelo MEC, através da diversificação de suas fontes de financiamento. Este fato, por si só, preocupa àqueles que temem a mercadorização da universidade, na medida em que esta passe a ser “orientada e determinada pelo mercado, perdendo sua autonomia como espaço crítico e produtor livre, desinteressado e autônomo de conhecimentos” (CALDERÓN, 2003).

A diversificação das fontes de financiamento acaba gerando novos instrumentos que possibilitem a flexibilidade e agilidade necessárias à captação de recursos no mercado, dando origem, na maioria das vezes, às fundações de apoio. Na diversificação das fontes de financiamento, podem estar incluídas: a) cursos auto-financiáveis; b) prestação de serviços; c) consultorias, entre outras.

### 3.3 FONTES DE FINANCIAMENTO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NAS IFES

Em linhas gerais, o sistema de financiamento da pesquisa e pós-graduação nas IFES, objeto deste estudo, é composto por recursos provenientes do Tesouro Nacional; de agências de fomento nacionais e estaduais; Fundos Setoriais de Pesquisa; empresas públicas ou privadas; e de receitas provenientes de arrecadação própria.

### 3.3.1 Recursos do Tesouro Nacional

O critério para alocação de recursos do Tesouro entre as Universidades Federais tem sofrido algumas modificações, durante os últimos anos, na tentativa de se chegar a uma fórmula mais objetiva e eficaz. Segundo Schwartzman (2005), até a década de 90, o repasse de recursos para as despesas de manutenção e investimentos nas IFES, era feito baseado em critérios históricos, ou seja, o orçamento de um ano era baseado no orçamento do ano anterior. A exceção era feita para o repasse destinado ao pagamento de pessoal e benefícios.

No final da década de 90, foi instituída uma matriz de alocação de recursos que considerava variáveis de pesquisa (15% do peso) e ensino (85%), tais como a eficiência na diplomação de alunos; a área de conhecimento dos cursos; o volume e a avaliação qualitativa da Pós-Graduação; e o número de professores dedicados aos programas, com produção científica relevante. De acordo com Schwartzman (2005), embora as matrizes, até agora, só tenham sido utilizadas para distribuir pequena parte do orçamento total, elas são importantes na medida em que geram uma cultura de avaliação e cobrança de resultados nas universidades.

Os Recursos do Tesouro, principal fonte de financiamento das universidades federais, são transferidos pelo Ministério da Educação para as IFES e destinam-se, em sua grande maioria, ao pagamento de pessoal e benefícios, ficando a parcela restante para manutenção e investimento. Nos últimos anos, esse percentual tem variado em torno de 6% (AMARAL, 1999), dificultando, quando não, inviabilizando, a devida manutenção das universidades, a aquisição de novos equipamentos e a modernização administrativa. A Tabela 3 explicita os percentuais de recursos gastos com verbas do Tesouro, no período de 1994 a 1998.

**Tabela 3** – Gastos percentuais com Pessoal e Benefícios, Manutenção e Investimentos 1994 - 1998

Ano	Pessoal e Benefícios (%)	Manutenção e Investimento (%)
1994	95	5
1995	94	6
1996	93	7
1997	93	7
1998	94	6

Fonte: Amaral (1999)



Além da insuficiência dos recursos destinados a OCC pelo governo federal para as IFES, estas também sofrem com a imprevisibilidade no repasse dessas verbas, que são liberadas de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do governo, dificultando qualquer tipo de planejamento por parte da administração universitária.

Com tão poucos recursos federais disponíveis nas IFES, sobra muito pouco para as atividades de pesquisa e pós-graduação que são atendidas, de maneira indireta, através do pagamento de salário do pessoal envolvido; de alguma manutenção nas instalações físicas de laboratórios e salas de aula; e outras pequenas despesas. A maior parcela de investimentos destinados às atividades de pesquisa e pós-graduação provém das agências de fomento nacionais e estaduais.

### **3.3.2 Agências nacionais de fomento**

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), através do CNPq e da FINEP e o Ministério da Educação, através da CAPES, são os maiores financiadores nacionais da pesquisa e pós-graduação nas Universidades Federais. A atuação dessas agências de fomento se dá, em linhas gerais, sob duas formas principais: o investimento na formação de recursos humanos qualificados, através da concessão de bolsas de manutenção para alunos, bolsas de auxílio à pesquisa para professores-pesquisadores, bolsas no país e no exterior para professores; e o fomento direcionado ao funcionamento dos cursos de pós-graduação, ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, ou ao apoio institucional. Entre os diversos Programas de Fomento implementados pela CAPES, podem ser destacados os seguintes:

- Programa de Demanda Social - DS, que concede bolsas aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES com nota igual ou superior a 3 (três). São gerenciados pela universidade (pagamento e prestação de contas) e pelos cursos (seleção e acompanhamento dos bolsistas);
- Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT, cujo objetivo é a capacitação de docentes e técnico-administrativos dentro das prioridades institucionais em nível de mestrado e doutorado;

- Programa de Apoio à Pós-Graduação – PROAP, que tem a finalidade de financiar as atividades dos cursos de pós-graduação, proporcionando melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* das IES<sup>2</sup>.
- Programa de apoio a projetos institucionais com a participação de recém-doutores – PRODOC, tem por objetivo a complementação da formação de recém-doutores e o estímulo ao desenvolvimento de projetos institucionais e à melhoria do desempenho dos programas de pós-graduação;
- Programa de Excelência Acadêmica – PROEX lançado em 2004. Seu objetivo é manter o padrão de qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES com notas 6 ou 7, que tenham grande produtividade científica e tecnológica e sejam formadores de recursos humanos do mais alto padrão acadêmico.

É importante destacar que a implementação do PROEX gerou polêmica no meio acadêmico por se considerar que o mesmo seria um retrocesso na institucionalização de um sistema nacional de pós-graduação, transferindo o gerenciamento dos recursos diretamente às coordenações dos cursos; e, ao mesmo tempo, centralizando ainda mais a pós-graduação, fortalecendo os “centros de Excelência”, em detrimento do desenvolvimento do conjunto dos programas de pós-graduação nas universidades

O CNPq, atualmente, é a agência de fomento que dispõe da maior diversidade de modalidades de apoio à ciência e tecnologia no país, financiando bolsas individuais no país e no exterior; bolsas por quota à instituição, ao curso ou diretamente ao pesquisador; bolsas de fomento tecnológico; e auxílios à pesquisa. Todas as modalidades podem ser facilmente encontradas na página do cnpq: [www.cnpq.br](http://www.cnpq.br) sendo desnecessário, portanto, detalhar cada uma delas.

O volume de investimentos realizados pela CAPES e CNPq com pagamento de bolsas de estudo e fomento à pesquisa e pós-graduação para as instituições de ensino superior, no ano de 2004, está demonstrado no Quadro 2. Observa-se, claramente, a opção preferencial das duas agências de fomento pelo investimento em bolsas de estudo - 81,30%, contra menos de 20% no investimento em fomento à pesquisa e à pós-graduação.

---

<sup>2</sup> O Regulamento do PROAP, anexo à Portaria CAPES nº 10, de 17/03/2002, destina 10% dos recursos concedidos a cada Programa de Pós-graduação para as Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação das universidades contempladas, os quais devem ser utilizados de acordo com as normas do Programa e em estrito atendimento das finalidades estabelecidas no Regulamento

LINHA DE AÇÃO	DESPESA REALIZADA					
	CAPES <sup>1</sup>		CNPq <sup>2</sup>		Valor Total	Δ %
	Valor	%	Valor	%		
Bolsas	485.673	96,9	530.661	70,9	1.016.334	81,3
Fomento	15.723	3,1	217.971	29,1	233.694	18,7
<b>TOTAL</b>	<b>501.396</b>	<b>100,0</b>	<b>748.632</b>	<b>100,0</b>	<b>12.250.028</b>	<b>100</b>

**Quadro 2** – Investimento realizado em 2004 - Em R\$ 1.000,00

Fonte: 1) Relatório de Atividades da CAPES – 2004

2) CNPq/AEI - 2004

A atuação da FINEP difere das duas agências anteriores quanto ao tipo de financiamento. Neste caso, o objetivo principal é o aporte de recursos a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos e processos, desenvolvidos por instituições públicas e privadas. Atualmente a FINEP se destaca como sendo a agência responsável pela gestão executiva dos Fundos Setoriais.

A operacionalização do repasse de recursos feita pelas agências de fomento não obedece a uma norma específica. De acordo com os atores e/ou programas envolvidos, os recursos podem ser repassados para as Universidades; para suas Fundações de Apoio; para os pesquisadores ou para os alunos, através de bolsas.

A sistemática de repasses efetuada pela CAPES, de uma forma geral, é institucional, ou seja, os recursos são transferidos, através de convênios, diretamente para as Universidades, através de suas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-graduação, as quais são incumbidas de seu gerenciamento. Uma exceção a essa regra é feita dentro do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX que transfere recursos para pagamento de bolsas, diretamente para os alunos; e fomento - custeio e capital -, para as coordenações dos cursos beneficiados..

A FINEP, assim como a CAPES, também concede financiamento através da celebração de convênios. Neste caso, porém, o convênio é firmado com a organização proponente que pode ser: uma universidade; uma instituição de ensino e pesquisa; uma instituição ou centro de pesquisa tecnológica; ou outras instituições públicas e organizações não-governamentais. Todas essas instituições podem ser públicas ou privadas, mas não podem ter fins lucrativos.

Existe distinção, também, quanto à operacionalização da forma de financiamento pelas agências de fomento. A FINEP financia diretamente os grupos de pesquisa e os centros de excelência, principalmente nas despesas de investimento e bolsas, como é o caso, por exemplo, dos fundos setoriais. Já o CNPq, paga diretamente aos pesquisadores, seja em forma de bolsas, seja para desenvolvimento de projetos de pesquisa.

A alocação de recursos pelas agências de fomento, segundo Schwartzman (2005), é feita aos “melhores programas e em benefício de pesquisadores/professores mais bem avaliados, criando dessa forma um ambiente competitivo na busca da excelência no ensino de pós-graduação e na pesquisa.” A avaliação do mérito, realizada pelos pares, através de julgamento feito por representantes da própria comunidade acadêmica, tem sido fundamental para a distribuição dos recursos pelas Universidades e pelos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação. Com a implantação dos Fundos Setoriais, buscou-se um novo parâmetro de distribuição de recursos que minimizasse, de certa forma, as desigualdades regionais, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, conforme pode ser visto mais detalhadamente na seção 3.2.4 deste trabalho. No entanto, mesmo nesse segmento, a competição se faz presente e o mérito continua sendo o principal requisito para o recebimento de recursos.

### **3.3.3 Fundações de apoio à pesquisa**

As fundações de apoio à pesquisa – FAPs têm sua atuação restrita ao estado onde estão sediadas, financiando projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico encaminhados por pesquisadores de universidades e centros de pesquisa. As FAPs financiam, ainda, a realização de eventos científicos e tecnológicos, a capacitação de recursos humanos, a realização de trabalhos científicos, culturais e artísticos, além de projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico das instituições públicas.

Os tipos de projetos apoiados pelas FAPs podem ser de várias naturezas: individuais, multidisciplinares, induzidos e, até mesmo, do tipo “balcão”. Este último funciona a partir de uma demanda espontânea onde o pesquisador propõe um tema próprio. A partir daí, a

proposta é submetida a um julgamento de mérito pela fundação e, caso seja julgado relevante, o projeto é aprovado.

Não existe uma obrigatoriedade legal para a criação e/ou funcionamento das FAPs nos Estados. A Constituição Federal em seu Art. 218, parágrafo 5, apenas faculta aos estados e ao Distrito Federal, vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica, ou seja, os recursos das fundações, vêm do orçamento do próprio Estado onde ela está sediada. O valor a ser estipulado para cada FAP também não é regulamentado, podendo variar em cerca de 1% da receita líquida do Estado.

Segundo Schwartzman (2005), não se conhece o valor exato administrado pelo conjunto das FAP'S. Acredita-se, no entanto, que a maior parte é destinada a instituições públicas de ensino superior. Segundo o autor, a Tabela 3 apresenta uma estimativa dos recursos alocados pelas maiores FAP'S do país nos períodos determinados e deve representar, aproximadamente, 90% dos recursos disponíveis de todas as agências.

**Tabela 4** – Despesas Executadas por algumas FAP's (1996 – 2003) - Em milhões de US\$

FAP	PERÍODO	MÉDIA ANUAL
FAPESP	2000 – 2003	168,0
FAPERJ	1999 – 2002	25,0
FAPEMIG	2002 – 2003	10,0
FAPERGS	1996 – 2001	8,2

Fonte: Schwartzman (2005) - Relatório das FAP's

Uma rápida análise da Tabela 3 deixa claro a distância que separa o estado de São Paulo dos demais estados brasileiros quando se trata de financiamento à pesquisa. Segundo a Tabela, somente o estado de São Paulo concentra quase o quádruplo de recursos dos demais estados brasileiros, deixando o estado do Rio de Janeiro com 15 e o estado de Minas Gerais, com 6% dos recursos, apesar da relevância da pesquisa desenvolvida nos dois estados.

### 3.3.4 Fundos Setoriais de Pesquisa

A crise fiscal que caracterizou o país e a significativa redução no repasse de recursos governamentais para as atividades científicas e tecnológicas observadas na década de 80,

desencadeou, segundo E.A.Guimarães (1994):

Não apenas a interrupção do processo de consolidação de uma eficiente infraestrutura de pesquisa no país, mas também uma progressiva deterioração do desempenho das universidades e institutos de pesquisa e o retrocesso em relação aos padrões alcançados no final da década anterior.

Esse quadro de forte instabilidade e grandes oscilações em termos de gastos com C&T permaneceu inalterado nos anos que se seguiram, levando à busca de novas alternativas que garantissem um financiamento mais estável e previsível. A criação dos fundos setoriais de pesquisa foi a forma encontrada de garantir essa estabilidade e, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades regionais, cobrindo áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional

Criados com o objetivo de contribuir para a formação de uma política nacional de C&T de longo prazo, os Fundos Setoriais destinam-se ao incentivo à realização de projetos ou programas de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse do setor produtivo implementados em empresas ou nas instituições de ensino e pesquisa. As novas fontes de recursos utilizadas são provenientes de contribuições incidentes sobre o faturamento de empresas e/ou sobre o resultado da exploração de recursos naturais pertencentes à União.

Uma das diretrizes básicas dos Fundos Setoriais é o estímulo a uma maior articulação entre a ciência e o desenvolvimento tecnológico, através da redução das desigualdades regionais. Desta forma, a legislação estabeleceu um percentual mínimo de alocação de recursos para o atendimento às regiões menos desenvolvidas. No caso, 40% do total de arrecadação do CT-Petro para as regiões Norte e Nordeste e 30% dos outros fundos, para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A idéia de criação dos fundos setoriais, através da utilização de receitas vinculadas para a C&T, partiu de um modelo já conhecido: o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT, que atuava no sentido de incentivar os setores considerados prioritários para o desenvolvimento do país. Da mesma forma, os primeiros Fundos Setoriais implementados, destinavam-se ao desenvolvimento tecnológico do país, especialmente nos setores de energia; petróleo e gás; telecomunicações e energia elétrica. Eram eles os do Petróleo (CT-Petro - 30/11/98); Tecnologia da Informação (CT-Info – 20/04/01); Recursos Minerais (CT-Mineral – 16/07/01); Energia elétrica (CT-Energ -

16/07/01); Recursos Hídricos (CT-Hidro – 31/01/01); e Espacial (CT-Espacial – 12/09/01). Por serem eminentemente setoriais, tanto suas receitas quanto suas aplicações estão vinculadas a um mesmo setor.

Criados em 2002, os fundos setoriais de Biotecnologia (CT-Biotec (07/03/2002); Agronegócios (CT-Agro – 12/03/2002); Aeronáutica (CT-Aero – 02/04/2002); Transportes (CT-Transporte – 06/08/02); Saúde (CT-Saúde – 25/02/02) e Amazônia (CT-Amazonia – 01/10/02) também abrangem áreas estratégicas para o país. Diferentemente dos outros fundos, no entanto, estes não tem a receita originada em um setor específico mas suas aplicações, são vinculadas aos seus respectivos setores. O CT-Transporte é o único que tem sua receita e aplicação vinculadas ao mesmo setor.

Além dos fundos relativos a setores específicos, foram criados dois fundos de natureza não setorial, sendo um deles voltado à melhoria da infra-estrutura (CT-Infra – 26/04/01) e o outro, à interação universidade-empresa (Fundo Verde e Amarelo – 11/04/2002). Nestes dois casos específicos a receita não está vinculada à sua aplicação. O CT-Infra recebe 20% dos recursos destinados a cada Fundo Setorial para apoiar projetos de implantação, ampliação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino e pesquisa. Já o Fundo Verde e Amarelo recebe 50% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE<sup>1</sup> e 43% da receita estimada do IPI incidente sobre produtos beneficiados pela Lei de Informática e se destina a estimular a cooperação tecnológica entre universidades /centros de pesquisa e setor produtivo em geral. A arrecadação do CIDE é proveniente da incidência de alíquota de 10% sobre a remessa de recursos ao exterior para pagamento de assistência técnica, *royalties*, serviços técnicos especializados ou profissionais ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br) – acesso em 30/07/05).

A execução orçamentária dos fundos setoriais, no período de 1999 a 2003, demonstra as diferentes participações de cada um, no orçamento global. Os fundos do CT-Petro e Verde-Amarelo, tiveram uma média anual superior a R\$ 100 milhões, seguidos dos fundos CT-INFRA, com R\$ 94 milhões e do CT-ENERG, com R\$ 55 milhões. Todos os demais, ficaram abaixo dos R\$ 20 milhões. Outro fato que merece ser observado, é que os desembolsos não seguiram, como era de se esperar, uma única tendência, em sentido crescente, tendo sofrido um aumento considerável em 2000 e 2001, seguido de uma piora em 2002 e novo acréscimo em 2003. Esses desembolsos, no entanto, estão muito aquém dos orçamentos anuais dos

FNDTC principalmente devido às ações de contingenciamento efetuadas. Em 2003, os repasses efetuados, no valor de R\$ 564 milhões, ficaram sensivelmente inferiores ao orçamento anunciado de R\$ 1 bilhão. O Quadro 3 demonstra a execução orçamentária dos fundos setoriais, no período de 1999 a 2003.

FS	1999	2000	2001	2002	2003	Total	Média Anual
CT-PETRO	65.172	172.605	127.334	88.994	82.137	536.242	107.248
CT-INFRA	-	-	100.120	69.691	112.348	282.160	94.053
CT-ENERG	-	-	69.069	29.851	66.141	165.061	55.020
CT-HIDRO	-	-	26.958	12.376	18.266	57.599	19.200
CT-TRANSP	-	-	33	4.176	1.812	6.021	2.007
CT-MINERAL	-	-	3.167	2.928	4.431	10.528	3.509
CT-FVA	-	-	67.693	105.683	180.311	353.687	117.896
CT-ESPACIAL	-	-	142	1.649	0	1.791	597
CT-INFO	-	-	5	19.954	23.309	43.268	14.423
CT-SAÚDE	-	-	-	517	24.175	24.692	12.346
CT-AERO	-	-	-	25	12.060	12.085	6.043
CT-AGRO	-	-	-	700	26.000	26.700	13.350
CT-BIOTEC	-	-	-	823	13.273	14.096	7.048
TOTAL	65.172	172.605	394.521	337.369	564.262	1.533.929	

**Quadro 3** - Execução orçamentária dos fundos setoriais (R\$ mil, valores empenhados liquidados atualizados para 2003, pelo IGP-DI)

Fonte: Pereira (2004) – Adaptado de MCT – Fundos Setoriais. Disponível em: [http://www.mct.gov.br/Fontes/Fundos/Recursos/Recursos\\_Default.htm](http://www.mct.gov.br/Fontes/Fundos/Recursos/Recursos_Default.htm). Acesso em 01/06/2004.

Os recursos dos Fundos Setoriais são disponibilizados pelo FNDCT através de Editais de Fomento, podendo ser disputados por diversas instituições públicas ou privadas. Tratando da diversidade das carteiras de projetos, o Relatório de Execução dos Fundos Setoriais/2001, conclui que elas “revelam iniciativas que vão desde o fomento à criação de empresas de base tecnológica, até a constituição de redes de inovação de âmbito nacional e regional, passando pela recuperação da infra-estrutura de pesquisa em instituições públicas”, atendendo a inúmeras ações que, além de incentivar a pesquisa aplicada e a inovação, acabam por fortalecer as bases da pesquisa fundamental no país.



### 3.3.5 Recursos próprios

Diferentemente dos Recursos do Tesouro, que são transferidos, executados e controlados por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, segundo Schwartzman (1998, apud CORBUCCI, 2003), a identificação e mensuração da Receita Própria das Universidades nem sempre é fácil de ser verificada, tendo em vista que a maior parte desses recursos passou a ser captada e gerenciada pelas Fundações de apoio, cujos orçamentos são totalmente desvinculados das instituições às quais estão vinculadas.

Corbucci (2003) argumenta que, além da administração desses recursos ser feita, diretamente, pelas fundações, em alguns casos, elas podem movimentar valores superiores àqueles repassados pelo governo federal para despesas de OCC nas universidades. Nessa situação, fica difícil conhecer a real dimensão e capacidade de arrecadação dessas entidades e, ainda, atender ao disposto na legislação em vigor que determina o controle e a supervisão dessas entidades pelas IFES.

A captação e o gerenciamento de recursos próprios pelas fundações de apoio às universidades federais tem sido alvo de críticas em diversas instâncias acadêmicas, principalmente nas associações de docentes. Seus opositores criticam sua forma de atuação na complementação salarial de técnicos e docentes da própria universidade considerando que isto pode vir a acarretar em um possível descomprometimento destes, em relação ao desempenho de suas funções. Criticam, ainda, a falta de transparência na gestão de recursos pelas fundações, dificultando seu controle por parte das instituições às quais estão vinculadas.

Se, por um lado as fundações, por serem instituições de direito privado, conseguem ampliar e diversificar suas fontes de arrecadação e captação de recursos devido à uma atuação mais ágil na contratação e gestão de convênios, contratos, acordos e projetos, ao contrário das universidades com suas estruturas excessivamente burocráticas, por outro lado, seus opositores acreditam ser este mais um passo para a mercadorização e privatização da universidade pública.

O fato é que a atual política governamental de redução de recursos públicos para a manutenção e o investimento das universidades públicas tem levado as Ifes a buscarem fontes

alternativas de recursos, as quais tem se mostrado imprescindíveis para garantir o devido funcionamento das instituições.

A busca de fontes alternativas de recursos pode ser vista como uma iniciativa de sobrevivência institucional, que permitiu às Ifes com mais larga tradição na produção do conhecimento assegurar, em diferentes níveis e graus, a manutenção de seus quadros técnicos, o cumprimento de suas funções essenciais e a reposição e/ou aquisição de equipamentos (CORBUCCI, 2003, p.31).

## **4 O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF: UM ESTUDO DE CASO**

O presente capítulo pretende abordar os mecanismos de fomento à pesquisa e pós-graduação na UFF. Inicialmente, será feito um levantamento sobre a história da Universidade, desde a sua criação, passando pelo surgimento dos primeiros cursos de pós-graduação, até a institucionalização do sistema de pesquisa e pós-graduação na UFF. Em seguida, será feita uma análise sobre o atual modelo de financiamento à pesquisa e pós-graduação e, finalmente, serão relatados os novos mecanismos de fomento internos implantados na Universidade.

### **4.1 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A TRAJETÓRIA DA PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF**

A Universidade Federal Fluminense foi criada em 18 de dezembro de 1960, pela Lei nº 3.848, com o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), constituindo-se da união de várias faculdades isoladas localizadas em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Até então, essas instituições de ensino superior dividiam-se em federais, estaduais e particulares. Entre as federais, havia a Faculdade de Direito, criada em 1912 e federalizada através da Lei nº 2.721, de 30 de janeiro de 1956, que representou um papel importante na formação da elite fluminense; a Faculdade Fluminense de Medicina, fundada em 1926 que, depois de ter passado à esfera estadual em 1929, foi reorganizada e passou a absorver os cursos superiores de Odontologia e Farmácia, vindo a ser federalizada em 1950; e a Faculdade de Veterinária, criada em 1936, federalizada em 1950.

Outras instituições somente passaram à esfera federal após sua agregação à UFERJ/UFF, como por exemplo, a Faculdade de Ciências Econômicas, fundada em 31 de dezembro de 1942; a Escola de Enfermagem, criada em 19 de abril de 1944; a Escola de Serviço Social, fundada em 1945; a Escola Fluminense de Engenharia, criada pela Lei Estadual nº 1.741 de 31 de outubro de 1952; e a Faculdade Fluminense de Filosofia, fundada em 1947.

Ao fazer uma análise sobre as instituições de ensino superior então existentes, Vieira (1995) conclui que havia vários desníveis entre elas, tanto em termos jurídicos (umas eram federais, outras estaduais e outras, particulares); quanto em termos de estrutura física e, também, em termos acadêmicos. Mesmo assim, ainda segundo o autor, havia grande interesse na unificação dessas instituições de ensino superior em uma estrutura universitária federal. De um lado, a elite política fluminense que desejava instituir a Universidade como um elemento estratégico para o Estado. De outro lado, os docentes dessas instituições isoladas de ensino superior que almejavam obter maior segurança em termos salariais e, ao mesmo tempo, maior reconhecimento e status.

Assim, em 18 de dezembro de 1960, essas instituições isoladas foram agregadas e incorporadas através da Lei nº 3.848 sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek, dando origem à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UFERJ que veio a se transformar em um espaço de poder importante e muito cobiçado pelas forças sociais e políticas do Estado.

Em 05 de novembro de 1965, através da Lei nº 4.831, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro passou a chamar-se Universidade Federal Fluminense - UFF. No ano seguinte, em 17 de julho de 1966 foi nomeado como Reitor, o Prof. Manoel Barreto Netto (1966-1970), dando início a um novo ciclo de mudanças. De fato, já em agosto de 1966 foi criado um Grupo de Trabalho que teria por objetivo agilizar a reforma da UFF, de acordo com o Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 (com vistas a evitar o desperdício de recursos) e o Decreto-Lei nº 252 de 28 de fevereiro de 1967, estabelecendo uma organização mínima para as universidades. O GT teve como resultado a criação dos Centros Universitários e a manutenção das Unidades e departamentos, tornando a estrutura administrativa pesada e extremamente burocrática.

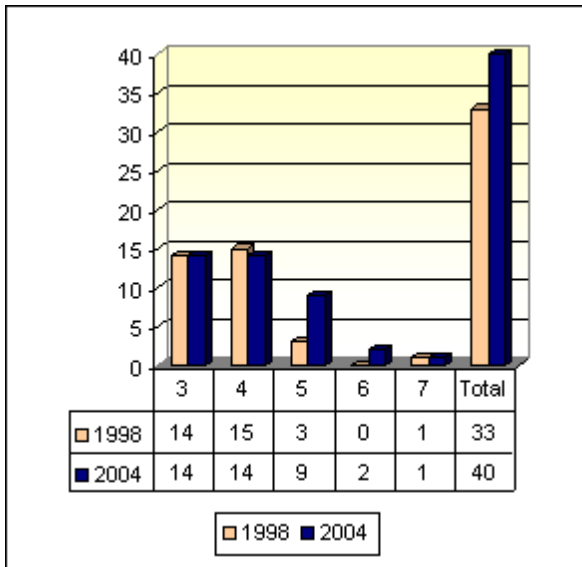
Ainda durante essa gestão, a UFF deu início à contratação de docentes e técnico-administrativos através de concursos; transferiu a Reitoria da universidade para as antigas instalações do Cassino Icaraí; inaugurou novos prédios; aumentou o número de cursos superiores de nove para vinte e três e o número de alunos de cinco mil para onze mil. Até então, como se pode perceber, o projeto institucional da UFF estava voltado principalmente à melhoria de sua estrutura física e administrativa e à expansão do ensino, longe, portanto, de representar um projeto acadêmico e institucional de universidade. Este fato só vem a se

modificar na década de 70 com a criação dos cursos de pós-graduação e a introdução da pesquisa científica como uma das funções precípuas da Universidade.

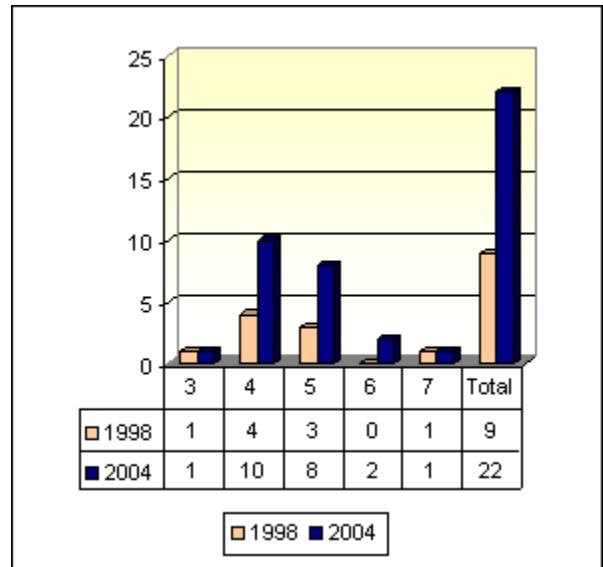
A Universidade Federal Fluminense encontra-se, hoje, entre as maiores universidades do país, conforme dados apresentados no Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC. O último Censo, realizado em 2003, reuniu dados sobre 1.859 instituições de educação superior brasileiras em suas diferentes formas de organização acadêmica e categorias administrativas, além de informações sobre cursos de graduação, vagas ofertadas, alunos matriculados e concluintes, docentes, entre outros. Entre as 83 instituições federais analisadas pelo Censo, a UFF ocupava o 19º lugar em número de cursos de graduação presenciais (52), o 12º lugar em número de alunos de graduação matriculados (18.190), e o 11º lugar em termos de percentual de docentes em exercício com títulos de Mestre ou Doutor (78,3%). No item referente ao número de alunos concluintes, a UFF obteve seu melhor desempenho, ocupando a 6ª colocação, com 2.895 alunos, índice significativo na análise do cálculo de alocação de recursos para as IFES, pelo MEC.

Segundo dados da CAPES e do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, a área da pós-graduação e da pesquisa na UFF também tem apresentado um crescimento significativo no número e qualificação dos cursos de mestrado e doutorado e nas atividades de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

As três últimas avaliações da CAPES demonstraram o crescimento da pós-graduação não apenas em termos quantitativos mas, também, em termos qualitativos. Os Gráficos 8 e 9 mostram que em 1998, a UFF possuía 33 cursos de Mestrado e 9 de Doutorado com 57,6% e 88,9%, possuindo conceitos entre 4 e 7, respectivamente. Em 2004, esse número havia passado para 38 cursos de Mestrado Acadêmico, 2 Mestrados Profissionalizantes e 22 Doutorados. Entre os cursos de Mestrado, 65% possuíam conceitos entre 4 e 7 e entre os de Doutorado, esse percentual subia para 95,5%.



**Gráfico 8** – N° de cursos de Mestrado e conceitos CAPES: 2001 - 2004  
Fonte: CAPES, 2005



**Gráfico 9** – N ° de cursos de Mestrado e conceitos CAPES: 2001 – 2004  
Fonte: CAPES, 2005

A última edição do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, publicada em 2005, mostrou que a UFF teve um crescimento em termos absolutos, de 82% no número de grupos de pesquisa passando de 204 em 2000, para 371 em 2004. Esse crescimento também se deu em termos relativos, já que sua participação no conjunto de instituições analisadas passou de 1,7% para 1,9% do total, no mesmo período analisado.

#### 4.2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA E DA PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF

As primeiras iniciativas de organização da pós-graduação e da pesquisa na UFF surgiram com a criação de duas comissões: a Comissão Central de Pesquisa – CONCEP, criada pelo Conselho Universitário em agosto de 1966, e a Comissão Executiva de Pesquisa e Pós-Graduação – COMPEG, estabelecida em 1969.

Segundo Marçal (1986), a pós-graduação na Universidade, passou por três fases: implantação, legalização interna, com conseqüente credenciamento externo, e a consolidação e avaliação. Neste sentido, não causa estranheza o fato de que os primeiros cursos de Mestrado tenham sido criados entre o final da década de 60 e durante grande parte da década de 70 e sua

regulamentação só tenha vindo a ocorrer na década seguinte, através da Resolução nº 26/81 do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF (Quadro 3).

<b>Data de criação</b>	<b>Cursos de Mestrado</b>
1969	Matemática
1971	Educação, Física, História, Letras, Anatomia Patológica, Dermatologia, Cirurgia Buco-Maxilo-Facial
1972	Engenharia Civil, Engenharia de Produção Geoquímica, Pneumologia, Cirurgia Torácica, Clínica Veterinária, Odontologia Social,
1973	Cir. Gastroenterológica
1974	Higiene Veterinária e Processamento Tecnológico de Alimentos de Origem Animal
1977	Patologia Buco-Dental
1980	Patologia Experimental
1982	Pediatria
1984	Cardiologia
<b>Cursos de Doutorado</b>	
1984	Física
1984	História
1984	Anatomia Patológica

**Quadro 4** – Cursos e data de criação

Fonte: Marçal, 1986

Em 1975, já com 17 cursos de Mestrado em funcionamento na Universidade, foi criada a Coordenação Superior das Atividades de Pesquisa e Pós-Graduação – COPP, através da Resolução nº 151/75 do Conselho Universitário, cuja competência previa a coordenação abrangente de todas as atividades concernentes à iniciativa, elaboração e avaliação dos planos, programas e projetos de pesquisa e pós-graduação. Nessa época, a COPP dividia-se em duas sub-coordenadorias de Pesquisa e de Pós-Graduação; uma Comissão de Assessoramento designada pelo Reitor e uma Comissão do Programa Institucional de Capacitação de Docentes – PICDT.

Em 1983, houve uma reestruturação na COPP e esta evoluiu para uma Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP, passando a desempenhar atribuições de coordenação e supervisão, como órgão central do respectivo sistema, de acordo com recomendação do MEC.

A primeira ação efetiva da PROPP, no sentido de institucionalizar o sistema, foi organizar o I Seminário Interno de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação da UFF que tinha, como objetivos principais, repensar os Cursos de Pós-Graduação e definir novas diretrizes para a Pró-Reitoria e para as Coordenações dos Cursos. O Seminário contou com a participação e o

envolvimento de todos os coordenadores de pós-graduação, docentes e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e teve como resultado a elaboração de um relatório, contendo o diagnóstico da pesquisa e pós-graduação na UFF<sup>3</sup> e as possíveis linhas de ação a serem tomadas de forma a minimizar os problemas detectados e maximizar as forças potenciais estabelecidas.

É interessante mencionar que, apesar de haver uma comissão específica para tratar dos assuntos relacionados ao financiamento à pesquisa e pós-graduação na UFF, esse tema foi citado como um problema em todas as demais comissões, indicando que a questão do financiamento permeava o sistema como um todo e era condição indispensável para sua manutenção e expansão.

Neste sentido, foram propostas algumas linhas de ação, entre as quais:

- Diminuição dos entraves burocráticos na utilização dos recursos financeiros destinados à pesquisa e à pós-graduação;
- dotação de verbas no orçamento geral da UFF para a manutenção e desenvolvimento da pós-graduação;
- criação de instituições autônomas tipo fundação, para prover de forma ágil e adequada os equipamentos e as condições de infra-estrutura necessárias à Pós-graduação;
- estabelecimento de uma política de captação de recursos externos;
- estabelecimento de uma política institucional capaz de traçar diretrizes e prioridades em relação ao ensino, à pesquisa e ao seu financiamento

A implantação de uma política de pesquisa e pós-graduação capaz de propor as estratégias necessárias ao atendimento dos objetivos propostos passa, inegavelmente, por uma gestão financeira mais autônoma e eficiente, tanto na captação de recursos externos, quanto no seu gerenciamento interno. Por este motivo, a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores e coordenadores de cursos de pós-graduação que se sentiam prejudicados com a excessiva

---

<sup>3</sup> Durante a realização do Seminário, foram definidas as



tramitação burocrática da universidade no gerenciamento de recursos recebidos das Agências de Fomento, a PROPP foi transformada em Unidade Gestora – UG<sup>4</sup> em 1988. O grupo acreditava que a descentralização de recursos diminuiria a multiplicidade de setores envolvidos na tramitação dos processos de despesas, reduzindo o excesso de burocracia e resultando, ao final, em maior funcionalidade e agilidade na gestão dos recursos.

Na realidade, a transformação da PROPP em uma UG foi o primeiro passo para a descentralização de recursos ocorrida na Universidade. Logo em seguida, o Instituto de Química e o Instituto de Física, até então as Unidades que mais captavam recursos externos, principalmente da FINEP, passaram a ser UG's e a gerenciar os próprios recursos.

Mesmo com a descentralização e a diminuição dos trâmites burocráticos, a PROPP, como parte integrante da Administração Pública Federal, continuou sofrendo o engessamento provocado por uma legislação que retardava suas decisões e ações. A criação da Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à UFF – FEC<sup>5</sup>, em 1997, como uma instituição de direito privado, foi a solução encontrada para tentar garantir maior flexibilidade, agilidade e eficácia no gerenciamento dos recursos, além de atender aos antigos anseios da comunidade acadêmica e científica.

A transformação da PROPP em uma Unidade Gestora não se fez acompanhar da “política de pesquisa e pós-graduação” tão almejada pelos pesquisadores e coordenadores presentes ao I Seminário Interno de Avaliação dos Cursos de Pós-graduação, ocorrido em 1983. No transcorrer dos anos e de algumas gestões, várias ações foram tomadas no sentido de expandir e qualificar a pesquisa e pós-graduação na UFF. No entanto, devido principalmente à pouca disponibilidade de recursos financeiros, essas ações acabavam sendo esporádicas e pouco abrangentes, não conseguindo atender a um contingente significativo de cursos e/ou

---

<sup>4</sup> A PROPP tornou-se uma Unidade Gestora – UG, através da Portaria nº 13030 de 7 de abril de 1988, passando a ser responsável pelo gerenciamento de todos os recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na Universidade. Antes disso, esse gerenciamento ficava por conta do Departamento de Contabilidade e Finanças, ligado à Pró-Reitoria de Planejamento da UFF.

<sup>5</sup> A Fundação Euclides da Cunha de Apoio à Pesquisa na UFF – FEC é uma instituição de direito privado, criada em 19 de novembro de 1997 com o objetivo de dar apoio à Universidade Federal Fluminense, sob a regência da Lei Federal nº 8.958/94 e sob o controle do Tribunal de Contas da União e do Ministério Público. A FEC iniciou suas atividades em 1999 e desde então vem executando o gerenciamento administrativo e financeiro de recursos provenientes de cursos auto-financeáveis, projetos e programas da Universidade além de atuar como financiadora

pesquisadores. A escassez de recursos foi, desta forma, o maior impedimento para a implantação de uma política de fomento criteriosa e consistente para atendimento às demandas acadêmicas e científicas da UFF. De fato, os recursos provenientes das agências de fomento eram direcionados para cursos de pós-graduação ou projetos de pesquisa específicos, não permitindo sua utilização em despesas diferentes daquelas previamente autorizadas.

Somente nos últimos anos, com a criação dos fundos setoriais e o aumento da arrecadação própria, o setor passou a vislumbrar novas oportunidades e a Universidade começou a direcionar esforços para a implantação de uma política efetiva com vistas à ampliação da captação de recursos externos e a uma melhor utilização dos recursos internos.

A forma como a Universidade vem se organizando para captar esses recursos externos disponíveis nas agências de fomento e demais instituições públicas e/ou privadas, bem como a maneira como o aumento da arrecadação interna tem contribuído para o desenvolvimento de uma política de pesquisa e pós-graduação na universidade, é o que este estudo pretende mostrar a seguir.

#### 4.3 A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PARA A PÓS-GRADUAÇÃO E A PESQUISA

Antes de tratarmos especificamente do financiamento à pesquisa e pós-graduação na UFF, faz-se necessário conhecer um pouco de sua estrutura organizacional e administrativa e de seus mecanismos de funcionamento.

A estrutura organizacional básica da UFF é formada pelos Centros Universitários, Unidades, Departamentos e Órgãos Suplementares e sua organização administrativa, por órgãos deliberativos, como o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa; e por um órgão fiscalizador econômico-financeiro representado pelo Conselho de Curadores. As Pró-Reitorias e Superintendências exercem atribuições de coordenação e supervisão, como órgãos centrais dos respectivos sistemas e estão ligadas diretamente ao Reitor.

Segundo o Regimento Interno da UFF, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPP tem por finalidade, “fomentar a pesquisa e a pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, empregando nesta ação estratégias que visem fortalecer grupos de pesquisa, incentivar interdisciplinaridade, criar e aprimorar Programas de Pós-Graduação, promover a visibilidade externa da pesquisa e pós-graduação, reformular e/ou redimensionar os sistemas sob sua esfera de competência”.

Desde a sua criação, a PROPP tem passado por diversas reestruturações, com o propósito de se adaptar à evolução da pesquisa e da pós-graduação na Universidade e também no país. Inicialmente, sua estrutura era composta por três coordenadorias: Coordenadoria de Pós-graduação – CPG; de Pesquisa – CPQ; e de Capacitação Docente e Técnico-administrativa – CCD. Em 1988, a partir da descentralização orçamentária e financeira para a PROPP e sua transformação em UG, tornou-se necessária a criação de uma nova coordenadoria que ficasse responsável pelo gerenciamento dos recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF, dando origem à Coordenadoria de Administração Financeira – CAF. Mais recentemente, em 2003, aconteceram novas reestruturações com a criação da Coordenadoria de Projetos Científicos e Tecnológicos – CPCT, à qual foram incorporadas a Incubadora de Empresas da UFF e o Escritório de Transferência do Conhecimento – ETCO, até então, vinculados à Pró-Reitoria de Extensão – PROEX e ao Gabinete do Reitor, respectivamente. A Editora da UFF – EdUFF foi incorporada à PROPP, também em 2003, como parte de uma política de incentivo a publicações científicas de qualidade a partir dos Programas de Pós-graduação.

Em linhas gerais, o que se pretendia com a criação da CAF, em 1988 e da CPCT, em 2003, era agilizar o gerenciamento da receita alocada na Pró-Reitoria e incentivar a captação de recursos externos junto às instituições públicas e privadas através de ações institucionais.

O desenvolvimento da pesquisa na UFF, assim como nas demais universidades, se desenvolve, basicamente, na pós-graduação através de pesquisadores individuais ou grupos de pesquisa consolidados e emergentes. Alguns pesquisadores ou grupos de pesquisa cujos laboratórios encontram-se vinculados diretamente às Unidades Universitárias, no entanto, desenvolveram uma estrutura de captação de recursos externos, através da qual conseguem executar inúmeros projetos com valores muitas vezes superiores àqueles executados na pós-graduação. Assim como os grupos de pesquisa, os cursos de pós-graduação também se distinguem entre si na questão financeira na medida em que alguns são gratuitos (Mestrado,

Doutorado e alguns de Especialização) e outros, pagos (Mestrado Profissional, alguns da Especialização e todos os *MBA's*).

A execução dos cursos de pós-graduação autofinanciáveis, cada vez mais numerosos dentro da Universidade, assim como dos projetos de pesquisa, foi regulamentada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFF através da Resolução nº 69/99<sup>1</sup> que estabelecia em seu Art. 8º, a obrigatoriedade de distribuição dos recursos próprios arrecadados, incluindo taxas e mensalidades, dentro dos seguintes critérios: a) 20% dos recursos para a Administração Central da Universidade Federal Fluminense<sup>6</sup> – sendo, 10% destinados à PROPP e os outros 10%, à Pró-Reitoria de Planejamento; b) 80% dos recursos seriam revertidos para o curso de origem, para que fossem aplicados na sua execução e na melhoria das instalações físicas, bibliotecas, laboratórios e salas de aula, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo colegiado da unidade. Em alguns casos específicos, o percentual de 20% poderia ser negociado entre os coordenadores de cursos e/ou projetos e a administração central da universidade.

O gerenciamento desses recursos acontecia de duas formas distintas, mas complementares: a parte arrecadada diretamente pela Universidade, através da Conta Única do Tesouro, era gerenciada pela PROPP, através da sua Coordenadoria de Administração Financeira – CAF e a parte arrecadada pela FEC, era gerenciada pela própria Fundação através de contas específicas, cuja formalização se dava através de uma “Autorização de Execução de Gestão” assinada pelo Centro Universitário, pela Unidade e pelo Departamento ao qual o curso ou projeto de pesquisa estavam vinculados e, também, pelos Pró-Reitores da PROPP e da PROPLAN, beneficiários da contrapartida destinada à UFF. O percentual destinado à cada Pró-Reitoria era gerenciado pelos próprios Pró-Reitores através de projetos designados PADI's, executados na própria Fundação.

---

<sup>6</sup> A Resolução 69/99, do CEP, vigorou até 2005 quando, então, o Conselho Universitário da UFF – CUV aprovou o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, passando a destinar 20% de todos os recursos diretamente arrecadados para a implementação das ações do PDI.

#### 4.4 O FINANCIAMENTO À PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO NA UFF

Atualmente, os tipos de financiamento destinados à pesquisa e à pós-graduação na Universidade Federal Fluminense podem ser agrupados em duas categorias principais: o fomento individual e o fomento institucional. Na primeira categoria estão os recursos repassados pelo CNPq e pela FAPERJ diretamente ao pesquisador, nas modalidades de bolsas de estudo e fomento à pesquisa. Na segunda categoria estão as fontes de recursos do Tesouro Nacional, recursos provenientes de Convênios e Contratos celebrados entre a Instituição e organismos públicos ou privados e aqueles diretamente arrecadados, também chamados de Recursos Próprios.

Não sendo objetivo deste estudo detalhar a estrutura e o funcionamento do sistema de financiamento individual realizado pelo CNPq e pela FAPERJ, serão apresentados alguns dados que evidenciam sua importância no desenvolvimento da pesquisa na Universidade.

##### **4.4.1 Fomento Individual**

O fomento individual caracteriza-se pelo repasse de recursos feitos pelo CNPq ou pela FAPERJ, diretamente ao pesquisador ou a grupos de pesquisa, através de bolsas de estudo ou auxílios destinados ao desenvolvimento de projetos de pesquisa.

A importância do CNPq para a pesquisa, na Universidade, é proporcional à da CAPES para a pós-graduação. No período compreendido entre 2001 e 2004 o CNPq injetou na Universidade cerca de R\$ 31.400 mil entre bolsas de fomento no país e no exterior e auxílios a projetos de pesquisa. No mesmo período, a CAPES injetou cerca de R\$ 24.326 mil. A evolução do investimento feito pelo CNPq na UFF está representada na Tabela 4. Nota-se que, apesar do crescimento absoluto de 36% entre 2001 e 2004, o percentual de participação da Universidade no conjunto das IES contempladas pelo CNPq, tem sofrido variações no período, atingindo a melhor colocação em 2002, com 1,45% e a pior em 2004, com 1,28% de participação,

**Tabela 5** – Total dos investimentos realizados pelo CNPq em bolsas e no fomento à pesquisa segundo instituição – 2001 / 2004 - Em R\$ mil correntes

Rk	Sigla da	Investimentos em R\$ mil correntes				Participação percentual			
	Instituição (1)	2001	2002	2003	2004	2001	2002	2003	2004
1	USP	56.902	56.920	68.411	88.238	11,38	11,56	12,34	11,79
2	UFRJ	46.348	43.058	49.407	57.543	9,27	8,75	8,91	7,69
3	UFRGS	29.384	28.143	32.533	41.286	5,87	5,72	5,87	5,51
4	UNICAMP	24.897	23.569	28.339	36.285	4,98	4,79	5,11	4,85
5	UFMG	21.469	22.306	24.107	29.838	4,29	4,53	4,35	3,99
6	UFPE	15.861	14.044	15.336	22.812	3,17	2,85	2,77	3,05
7	UFSC	16.842	16.508	18.753	21.835	3,37	3,35	3,38	2,92
8	UNESP	12.456	12.341	15.553	20.540	2,49	2,51	2,81	2,74
9	UNB	15.937	15.913	16.054	18.503	3,19	3,23	2,90	2,47
10	PUC-RJ	11.857	9.366	11.679	15.795	2,37	1,90	2,11	2,11
11	UFBA	10.053	8.522	8.579	14.788	2,01	1,73	1,55	1,98
12	EMBRAPA	9.240	15.429	12.312	14.670	1,85	3,13	2,22	1,96
13	UFC	9.925	7.788	9.257	13.689	1,98	1,58	1,67	1,83
14	UFV	9.611	9.018	10.518	13.591	1,92	1,83	1,90	1,82
15	UFSCAR	8.181	6.808	8.609	11.192	1,64	1,38	1,55	1,49
16	UFRGN	6.327	5.598	6.455	10.594	1,26	1,14	1,16	1,42
17	UFPR	7.782	7.862	8.339	10.477	1,56	1,60	1,50	1,40
18	FIOCRUZ	7.941	6.814	9.067	10.090	1,59	1,38	1,64	1,35
19	UFPA	5.187	4.289	5.390	10.017	1,04	0,87	0,97	1,34
<b>20</b>	<b>UFF</b>	<b>7.059</b>	<b>7.133</b>	<b>7.600</b>	<b>9.611</b>	<b>1,41</b>	<b>1,45</b>	<b>1,37</b>	<b>1,28</b>
21	PUC-SP	7430	6.036	7.033	9.058	1,49	1,23	1,27	1,21
22	UNIFESP	7.444	6.678	7.629	8.521	1,49	1,36	1,38	1,14
23	UFPB	7.682	6.864	7.936	8.211	1,50	1,40	1,40	1,10
24	FAPERJ	-	-	3.362	7.799	-	-	0,61	1,04
25	UERJ	4.096	4.400	5.581	7.392	0,82	0,89	1,01	0,99
	Outras	140.250	146.912	156.614	236.256	28	30	28,25	31,53
	Subtotal	500.161	492.319	554.453	748.631	100,00	100,00	100,00	100,00
	Total Geral	500.161	492.319	554.453	748.631	100,00	100,00	100,00	100,00

1) Bolsas no país e fomento à pesquisa: instituição de destino; Bolsas no exterior: instituição de vínculo no Brasil

2) Em 2004, inclui aproximadamente 774 instituições que receberam algum recursos, relativo a bolsas ou ao fomento à pesquisa.

Fonte: CNPq/AEI

O Diretório do Grupo de Pesquisas do CNPq demonstrou, no entanto, que o número de grupos de pesquisa, na Universidade, cresceu de 236 em 2002, para 371 em 2004, ou seja, um aumento de 57,2%, o segundo maior percentual de aumento entre as universidades relacionadas (Tabela 6).

Tabela 6 – Grupos de pesquisa por Instituição: 2002 – 2004

Instituição <sup>1</sup>	2002		2004		%
	Grupos	%	Grupos	%	
UEL	173	1,1	307	1,6	77,5
UFF	236	1,6	371	1,9	57,2
UFBA	225	1,5	348	1,8	54,7
USP	1350	8,9	1884	9,7	39,6
UFC	179	1,2	249	1,3	39,1
UFG	126	0,8	171	0,9	35,7
UNB	259	1,7	341	1,8	31,7
UEM	196	1,3	258	1,3	31,6
UNIFESP	152	1	200	1	31,6
UFPR	246	1,6	319	1,6	29,7
UFRJ	750	4,9	963	4,9	28,4
UFES	146	1	187	1	28,1
UFMG	445	2,9	566	2,9	27,2
PUC/SP	145	1	182	0,9	25,5
PUC/RJ	164	1,1	202	1	23,2
FIOCRUZ	202	1,3	247	1,3	22,3
UNESP	593	3,9	716	3,7	20,7
UERJ	198	1,3	234	1,2	18,2
PUC/RS	210	1,4	247	1,3	17,6
UFSCAR	200	1,3	232	1,2	16
UFSC	350	2,3	398	2	12,1
UFRGS	489	3,2	543	2,8	11
UFV	190	1,3	207	1,1	8,9
UFPA	145	1	157	0,8	8,3
UNICAMP	614	4,1	657	3,4	7
ULBRA	144	0,9	154	0,8	6,9
UFSM	202	1,3	215	1,1	6,4
UFPE	334	2,2	354	1,8	6
EMBRAPA	234	1,5	238	1,2	1,7
UFPB	265	1,7	179	0,9	-32,5
Outras	5996	39,6	8144	41,8	35,8
<b>Total</b>	<b>15.158</b>	<b>100,0</b>	<b>19.470</b>	<b>100</b>	

1) Foram relacionadas, apenas, as 30 instituições que, em 2004, concentravam o maior número de grupos de pesquisa cadastrados. Estas instituições estão classificadas segundo o percentual de aumento do número dos grupos de pesquisa entre 2000 e 2004.

Fonte: Adaptado do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil: [http://dgp.cnpq.br/censo2004/series\\_historicas/index\\_grupos.htm](http://dgp.cnpq.br/censo2004/series_historicas/index_grupos.htm)

O crescimento do número de grupos de pesquisa na UFF demonstra, no mínimo, que a Instituição vem procurando se organizar em grupos com o intuito de se aproximar das outras universidades. Um número maior de grupos de pesquisa, presumivelmente, implica em maior competência instalada e, conseqüentemente, em maiores investimentos não só do CNPq mas, também, das outras Agências de Fomento.

Na mesma categoria de apoio individual, a FAPERJ tem uma estrutura de apoio voltada, basicamente, para o financiamento a pesquisadores, através de diversos Programas e Auxílios. De forma a descrever sucintamente a penetração da FAPERJ na Universidade, foram destacados quatro Programas e um Auxílio, tendo em vista que os mesmos totalizam uma parcela representativa dos recursos destinados ao desenvolvimento da pesquisa científica na UFF.

Os cinco Programas e o Auxílio escolhidos para esta análise, foram:

- Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PADCT-RIO, cujo objetivo é apoiar a realização de pesquisa científica inovadora, através da aquisição de equipamentos e acessórios;
- Pronex, também em parceria com o CNPq e a FINEP, destina-se a atender núcleos de excelência, formados por grupos de pesquisadores de comprovada competência, de reputação técnico-científica reconhecida nacional e internacionalmente, que venham a desenvolver projetos de pesquisa científica ou tecnológica inovadores;
- Auxílio à Pesquisa (APQ1), destina-se a apoiar a realização de pesquisas realizadas por pesquisadores com título de doutor ou equivalente, vinculado à instituição.
- Primeiros Projetos/2004, em parceria com o CNPq e a FINEP, tem por objetivo apoiar a instalação, modernização, ampliação ou recuperação da infra-estrutura de pesquisa científica e tecnológica;
- Programa Cientista do Nosso Estado/2004, que visa apoiar os melhores projetos coordenados por pesquisadores de reconhecida liderança em sua área;

Como se pode ver na Tabela 7, a participação da UFF nos Editais da FAPERJ tem variado em torno de 10%, o que é relativamente pouco para a envergadura da Universidade, frente à maioria das instituições situadas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, nota-se que o Programa destinado aos núcleos de excelência, teve uma participação percentual de 15%, indicando a existência de pesquisadores altamente competentes atuando no desenvolvimento de projetos de pesquisa inovadores.



**Tabela 7** – Recursos recebidos da FAPERJ

Programa/ Auxílio	Total de Projetos Aprovados	Projetos da UFF Aprovados	Participação percentual	Valor
PADCT II - 2002	86	6	8%	1.401.639
PRONEX - 2003	59	9	15%	2.556.620
Auxílio à Pesquisa - 2004	1299	114	8,8%	1.201.292
Primeiros Projetos - 2004	277	29	10%	664.765
Cientistas do Nosso Estado - 2004	90	9	10%	48.000
Total	1811	167	-	5.872.316

Fonte: Adaptado da FAPERJ

Os nove projetos aprovados no PRONEX foram encaminhados por grupos de reconhecida competência, vinculados aos cursos de pós-graduação em: Biologia Marinha, Geoquímica, História, Química, Física, Matemática e Sociologia e Direito. Outro fato relevante diz respeito ao PADCT onde, dos seis projetos aprovados, somente um deles, elaborado por pesquisadores do curso de pós-graduação em Química Orgânica, foi contemplado com R\$ 1.002.000, ou seja, 71% do total.

#### 4.4.2 Fomento Institucional

O fomento institucional caracteriza-se pelo repasse de recursos diretamente para a instituição ou sua fundação de apoio, neste caso, a FEC. Como já foi dito acima, nesta categoria, estão as fontes de recursos do Tesouro Nacional, recursos provenientes de Convênios e Contratos celebrados com organismos públicos ou privados e aqueles diretamente arrecadados. Cada uma dessas fontes será tratada individualmente.

##### 4.4.2.1 Recursos do Tesouro

Considerando que as variáveis de ensino e pesquisa, como já foi mencionado no Cap.3, são utilizadas para calcular o percentual de rateio dos recursos para manutenção e investimento das IFES, pode-se inferir que o crescimento do número de cursos e de alunos na pós-graduação, aliado ao bom desempenho obtido pelos cursos de Mestrado e Doutorado junto à

CAPES e ao aumento considerável da produção científica, tenham contribuído, de forma significativa, para o crescimento de 39,8% no orçamento da UFF destinado a Outras Despesas Correntes e Capital – OCC<sup>7</sup>, entre 2000 e 2004. A Tabela 8 apresenta a evolução do orçamento executado na UFF no período de 2000 a 2004.

**Tabela 8** – Evolução do orçamento executado na UFF (2000 – 2004)

Orçamento	2000	2001	2002	2003	2004	Total
UFF	282.715.783	289.638.147	346.902.283	375.372.491	424.697.812	1.719.326.516
OCC <sup>1</sup>	28.318.846	27.081.745	29.103.078	31.140.878	39.589.247	155.233.794

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão da UFF: 2000 a 2004

Os recursos do Tesouro entram na Universidade sob a forma de um “teto” para ser distribuído, internamente, pelos diversos Programas. Segundo o Relatório de Gestão da UFF, referente ao ano de 2002, as despesas com pagamento de pessoal consumiram, naquele ano, cerca de 92% do total. O restante, destinado a OCC, foi distribuído entre os programas assistenciais como auxílio-alimentação e auxílio transporte (3%), e despesas com manutenção e investimento (5%). Os 5% destinados a manutenção e investimento eram utilizados, em sua quase totalidade, no pagamento de despesas fixas (água, luz, telefone, entre outras) e contratos de terceirização (limpeza, vigilância, urbanização e transportes). A parte restante era, então, distribuída pelos diversos setores da Universidade.

A Pesquisa e a Pós-graduação são dois dos Programas elencados do Orçamento da UFF para os quais existe previsão de financiamento. No entanto, ao contrário da evolução pequena, mas crescente, do orçamento geral da Universidade, a parcela destinada à pesquisa e à pós-graduação, tem sofrido oscilações em razão da escassez de recursos disponíveis e da inexistência de critérios pré-definidos para a distribuição interna de recursos do Tesouro na Universidade. (Tabela 9). Um dado importante a destacar é que os recursos destinados à pesquisa e pós-graduação na UFF representam em média, no período analisado, menos de 0,5% do volume de recursos alocados na Universidade em OCC, independente da contribuição dada pelo ensino de pós-graduação e pelas atividades de pesquisa na melhoria dos indicadores da instituição.

<sup>7</sup> Para a realização deste levantamento foram deduzidas das dotações autorizadas no orçamento, os valores destinados a pagamento de pessoal, benefícios assistenciais, bolsas de residência médica e colégios técnicos agrícolas sendo computados, apenas, os recursos destinados a Outras Custeios e Capital – OCC.

**Tabela 9** – Relação entre os recursos do Tesouro para OCC e para a Pesquisa e pós-graduação (2000 – 2004)

Orçamento	2000	2001	2002	2003	2004	Total
(a) UFF <sup>1</sup>	28.318.846	27.081.745	29.103.078	31.140.878	39.589.247	155.233.794
(b) Pesquisa e Pós-Graduação <sup>2</sup>	50.093	133.868	170.000	140.266	164.366	658.593
b/a	0,2	0,5	0,6	0,5	0,4	0,4

Fonte: Adaptado do Relatório de Gestão da UFF: 2000/2004 e da Proplan

Diante dos fatos acima expostos, percebe-se que a UFF não difere muito das demais IFES, nas quais o pagamento de pessoal e benefícios absorve a maior parte dos orçamentos federais. Segundo Amaral (1999), o ideal seria que essa despesa não ultrapasse 75% do valor total. O que acontece, no entanto, é que “os valores globais alocados pelo Governo e aprovados pelo Congresso Nacional estão sendo insuficientes para promover a manutenção correta das instituições e para a aquisição de equipamentos e modernização administrativa”. (AMARAL, 1999).

Se, de um lado, essa situação tem levado os dirigentes das universidades e uma grande parte da comunidade científica a pressionar o governo por mais recursos para o ensino público superior, do outro lado, há aqueles que acreditam que os gastos do governo com a educação superior não poderão ir muito além daqueles já previstos na Constituição. Esse quadro de incertezas tem levado as universidades a buscarem novas fontes de recursos internos e externos que garantam não apenas sua sobrevivência mas, também, a expansão de suas atividades de ensino e pesquisa.

#### 4.4.2.2 Recursos de convênios

Segundo a Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o convênio consiste num instrumento que disciplina a transferência de recursos públicos para outro órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista visando a execução de atividades de interesse recíproco. Já o contrato implica em acordos bilaterais cuja finalidade é gerar obrigações entre as partes. De uma forma geral, a universidade se beneficia de ambos na obtenção de recursos materiais e financeiros imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades.

Os recursos repassados, institucionalmente, para atividades de pós-graduação e de pesquisa na UFF, através de convênios, são provenientes da CAPES e da FINEP. A atuação da CAPES privilegia os Programas de Pós-graduação através da concessão de bolsas de estudo (DS, PICDT, PRODOC) e de recursos destinados à manutenção e funcionamento dos Programas (PROAP, PRODOC, PROEX). A FINEP, por sua vez, atua no financiamento de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e na infra-estrutura de pesquisa.

A Tabela 10 apresenta a evolução dos repasses efetuados pela CAPES e pela FINEP no biênio 2001/2002 e 2003/2004. É importante mencionar que os convênios firmados com a CAPES, com exceção do PRODOC e do PROEX que começaram a vigorar a partir do segundo biênio, têm tido periodicidade anual e os recursos a eles destinados tendem a crescer anualmente, a partir do crescimento e qualificação dos Programas avaliados pela CAPES. Já os convênios firmados com a FINEP são mais suscetíveis a fatores externos e, por isso, sofrem maiores oscilações.

**Tabela 10 - Receitas provenientes de convênios com Agências Financiadoras (2001/2002 e 2003/2004)**

<b>CONVÊNIOS</b>	<b>2001/2002</b>	<b>TOTAL %</b>	<b>2003/2004</b>	<b>TOTAL %</b>
CAPES <sup>1</sup>				
Bolsas (DS, PICDT, BAP, PRODOC)	8.002.643	49,3	9.921.520	54,5
Fomento				
PROAP	2.969.752	18,3	3.154.658	17,3
PRODOC	0	0	126.787	0,7

excelência pela CAPES. Em 2004 somente três Programas receberam verbas do Proex: a Pós-graduação em História – conceito 7 -, e os Programas de Pós-graduação em Física e Educação – conceitos 6. Em 2005, no entanto, a Educação deixou de receber recursos do PROEX por ter descido de nível, na última avaliação da CAPES, passando a receber um conceito 5.

A FINEP, por sua vez, prioriza áreas de excelência consideradas importantes para o país. Segundo os dados observados, o melhor desempenho da UFF nos Fundos Setoriais, encontra-se na área de engenharia, especialmente, nos setores de Energia Elétrica e Petróleo e Gás. A redução de, aproximadamente, R\$ 1.237 mil ocorrida na FINEP justifica-se pelo fato de que cerca de 60% dos projetos aprovados pelos Fundos Setoriais foram relativos a Editais publicados em 2001, razão pela qual grande parte dos repasses foram efetuados entre 2001 e 2002.

A FINEP é a terceira maior agência de fomento a injetar recursos na UFF através dos Fundos Setoriais, basicamente, para a execução de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico e para a infra-estrutura de pesquisa. Desde o início da abertura de Editais, pela FINEP, em 2002, até o final de 2004, a UFF havia sido contemplada com 18 Editais dos Fundos Setoriais nas categorias: CT-INFRA, CT-PETRO, CT-ENERG, CT-HIDRO, Ação Transversal e Verde Amarelo, totalizando R\$ 12.506.173. (Tabela 11). Alguns Editais permitem que a instituição executora encaminhe mais de um projeto, como por exemplo, o CT-PETRO em que a UFF foi contemplada com 8 projetos.

**Tabela 11** – Número de projetos da UFF contemplados com recursos dos Fundos Setoriais

<b>FINEP Fundos Setoriais</b>	<b>Editais Lançados</b>	<b>Projetos Contemplados</b>	<b>Valor</b>
CT-Infra	8	5	9.333.140
CT-Petro	7	8	1.272.336
CT-Energ	5	1	775.500
CT-Hidro	8	1	217.436
Ação Transversal	9	2	748.561
Verde-amarelo	8	2	159.200
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>19</b>	<b>12.506.173</b>

Fonte: Adaptado da FINEP

Entre todos os Fundos Setoriais, o CT-INFRA, é o mais significativo para a UFF, tanto pelo volume de recursos injetados na universidade, quanto pela sua atuação na implantação e recuperação de infra-estrutura de pesquisa institucional. Até o final de 2004 a UFF havia tido

aprovados, pela FINEP, um total de cinco projetos, sendo quatro voltados para a implantação e desenvolvimento de infra-estrutura física de pesquisa e um para a implementação de projetos de uso racional de energia elétrica e fontes alternativas de energia que, juntos, totalizaram cerca de R\$ 9.333 mil.

Todos esses Editais se destinavam a projetos institucionais, ou seja, cada instituição só poderia participar como executora de, apenas, um projeto encaminhado pela Administração Superior da Universidade. Essa característica institucional, fez com que quatro desses projetos fossem elaborados por uma comissão composta por pesquisadores de várias áreas da universidade, coordenada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O único que não seguiu essa regra foi o projeto de eficiência energética, totalmente elaborado pelo Laboratório de Energia dos Ventos – LEV.

Somente três desses Editais não possuíam caráter institucional: o Edital 01/2003 – Apoio à implantação de infra-estrutura para projetos de educação à distância; Edital 04/2003 – Aquisição de equipamentos multiusuários, visando a criação ou ampliação de unidades multiusuárias em qualquer área do conhecimento e para o Edital 05/2003 – Manutenção de unidades ou laboratórios multiusuários. Nestes casos, a FINEP permitia que a instituição encaminhasse mais de uma proposta através de suas unidades. A atuação da UFF, nestes Editais, não foi das melhores, não tendo submetido nenhuma proposta no primeiro Edital; e nos demais, as propostas encaminhadas, mesmo tendo sido bem avaliadas pelos Consultores quanto ao mérito, não chegaram a ser contempladas pela FINEP.

Numa avaliação global do desempenho da UFF na captação dos Fundos de Infra-estrutura, especificamente daqueles institucionais, percebe-se que houve uma melhora significativa desde o primeiro Edital (CT-

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)